



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: uma análise sociológica da influência do trabalho nas relações de poder em âmbito privado.

Nathália Fernanda Oliveira Pinho

SÃO LUÍS
2018

NATHÁLIA FERNANDA OLIVEIRA PINHO

MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: uma análise sociológica da influência do trabalho nas relações de poder em âmbito privado.

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Ciências Sociais – Bacharelado e Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

Orientadora: Dr.^a Marivânia Leonor Souza Furtado.

SÃO LUIS

2018

Pinho, Nathália Fernanda Oliveira.

Mulheres chefes de família: uma análise sociológica da influência do trabalho nas relações de poder em âmbito privado / Nathália Fernanda Oliveira Pinho. – São Luís, 2018. f.64

Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

Orientador: Profa. Dra. Marivânia Leonor Souza Furtado.

1. Mulher. 2. Poder. 3. Trabalho assalariado. 3. Chefia familiar.
I. Título.

CDU 305-005.2

NATHÁLIA FERNANDA OLIVEIRA PINHO

MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: uma análise sociológica da influência do trabalho nas relações de poder em âmbito privado.

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Ciências Sociais – Bacharelado e Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

Orientadora: Dr.^a Marivânia Leonor Souza Furtado

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marivânia Leonor Souza Furtado

Orientadora

Prof.^a Me.^a Marina Santos Pereira Santos

1^o examinadora

Prof.^o Me. Jose Antônio Ribeiro de Carvalho

2^o examinador

São Luís

2018

AGRADECIMENTOS

A graduação me proporcionou um aprendizado ímpar, tanto em conteúdo estudado nas várias disciplinas, como nas situações vivenciadas durante o curso, essas garantiram boas histórias e experiências válidas para vida toda.

Na vida é preciso ter gratidão por tudo e por todos. A caminhada durante o período de formação é repleta de bons e difíceis momentos, muitas pessoas merecem agradecimento por tornarem a caminhada prazerosa e mais leve, por isso desde já meu sincero muito obrigada a todos.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por ter me feito forte perante os obstáculos e por colocar na minha vida pessoas especiais que foram verdadeiros anjos da guarda. À minha mãe, Milte Pinho, por ser uma das principais inspirações para esse trabalho e da minha vida. Por ser exemplo de pessoa, de mulher, mãe, filha e chefe de família e por me passar seus valores que foram fundamentais para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje. À mulher mais guerreira que eu conheço minha Avó Luzinete Aranha. Ao meu pai Wilson Pinho por todo apoio e motivação. Aos meus irmãos Manoel Pinho (Nando) e minha irmã Naylla Pinho por serem tão companheiros e importantes nessa jornada.

Ao meu noivo, Paulo Vinícius, pela paciência, por todo incentivo, compreensão, amor, por aguentar meus estresses (risos) e por sempre se fazer presente ao meu lado em qualquer situação.

A toda minha grande família (Aranha e Pinho), tios e tias, primos e primas por sempre me transmitirem boas vibrações.

A todos os amigos que a vida me proporcionou ter, em especial minha amiga Francynilde Cardoso pela amizade durante todos esses anos, por ter sido parceira em todos os estágios, trabalhos, comemorações e por me garantir boas risadas e oferecer sempre seu ombro amigo principalmente nos momentos mais difíceis. É sempre bom saber que posso contar com seu apoio.

À minha amiga Cássia Cutrim, pelas palavras que sempre me transmitiram segurança, positividade e por estar presente na minha vida desde a 5ª série do Ensino Fundamental. Que permaneça por bastante tempo.

Ao meu amigo Magno Cruz Filho por acreditar em mim, pela preocupação, ajuda, amizade e companheirismo de sempre. À minha colega de graduação Natally Rodrigues por toda ajuda dada quando precisei.

A todos os professores que contribuíram para minha formação, em especial aos do departamento de Ciências Sociais da UEMA, a professora e orientadora desse trabalho Marivânia Furtado por ser uma profissional competente, que através de suas aulas me fez muitas vezes refletir profundamente sobre a sociedade. Admiro seu trabalho e sua pessoa, um dia quero ser tão inteligente quanto. Aos funcionários do curso de Ciências Sociais, em especial Adriana e a Élide que sempre foram muito solícitas e prestativas.

E por fim, mas não menos importante, a todas as mulheres que me inspiram na vida. Muito obrigada!

“Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”

(Boaventura de Souza Santos)

RESUMO

Esta monografia analisa sociologicamente, as Mulheres Chefes de Família e a influência do trabalho assalariado nas relações de poder estabelecida em âmbito privado. A metodologia aplicada consistiu em uma abordagem qualitativa com a utilização da História de vida como técnica da metodologia da História Oral, a coleta de dados foi feita através de entrevistas gravadas, visando através do olhar das próprias envolvidas na pesquisa, alcançar os propósitos deste trabalho. Dessa forma buscou-se compreender as relações de poder estabelecidas em âmbito privado; os efeitos causados pela inserção da mulher no mercado de trabalho e a identificação dos fatores que conduzem às mulheres a chefia familiar. Toma-se inicialmente o gênero como categoria de análise, por entender que este fornece bases para as observações sobre a condição da mulher na sociedade. Os resultados apontam o trabalho como elemento de suma importância na vida das mulheres e um dos principais responsáveis pela tomada de posição de Chefe em relação à família.

Palavras-chave: Mulher. Poder. Trabalho assalariado. Chefia familiar.

ABSTRACT

This monograph analyzes sociological, the Women Heads of Family and the influence of the wage-earning work in the relations of being able established in private scope. The applied methodology consisted of a qualitative boarding with the use of the History of life as technique of the methodology of Verbal History, the collection of data was made through recorded interviews, aiming at through the look of proper the involved ones in the research, to reach the intentions of this work. Of this form one searched to understand the relations of being able established in private scope; the effect caused for the insertion of the woman in the market of work and the identification of the factors that lead to the women command it familiar. The sort is overcome initially as category of analyzes, for understanding that this supplies bases the comments on the condition of the woman in the society. The results point the work as element of utmost importance in the life of main women and one of the responsible ones for the taking of position of Head in relation to the family.

Keywords: Woman. Power. Salaried work. Family leadership.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Perfil das Funcionárias Entrevistadas 46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNERO	16
1.1 O poder e suas implicações nas relações sociais	18
1.1. 1 As construções sociais do feminino	21
1.2. Contexto histórico da inserção da mulher no mercado de trabalho	26
1.2.1. Sociedade brasileira: a instrução e o trabalho feminino.....	29
1.2.2 Empregos, oportunidades e profissões.....	33
1.2.3 Trabalho duplo	34
2. MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA	37
2.1 A família e seus novos arranjos	38
2.2. Explicando a chefia feminina	40
2.2.1. A monoparentalidade	43
3. SER OU NÃO SER CHEF “A”	45
3.1 Das trajetórias de vida e entendimento sobre chefia familiar	47
3.2 Da influência do trabalho	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICE	64

INTRODUÇÃO

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho é algo notável na sociedade atual. Esse crescimento está diretamente atrelado aos acontecimentos históricos e sociais que proporcionaram gradativamente às mulheres algumas conquistas de liberdade e poder.

Os processos de urbanização, industrialização, as guerras, crises econômicas e a emancipação feminina são exemplos de fatores responsáveis por muitas transformações na sociedade e principalmente nas relações estabelecidas nas esferas pública e privada. Como diria Cruz (2012), a transformação do papel da mulher na sociedade deve-se às mudanças ocorridas na economia e no mercado de trabalho, bem como a abertura de oportunidades para elas em outras áreas.

Destacar os ganhos em autonomia e conseqüentemente poder das mulheres em ambas as esferas é necessário, por que nos faz perceber e refletir o quanto a conquista de espaços, onde a mulher tivesse voz e vez, foi difícil. Historicamente observa-se que em se tratando de ambiente público, por vezes a participação da mulher não foi algo tão presente, o que traz embutida sua invisibilidade (PASSOS, 2001). Essa falta de participação como iremos perceber ao longo desse trabalho, não se deu por uma ausência de vontade das mulheres em estar presentes de forma ativa nos ambientes públicos, mas sim por condições e ideologias que as aprisionavam e faziam com que elas fossem direcionadas somente às atividades relacionadas ao âmbito privado.

De acordo com Hannah Arendt (2010), o indivíduo que vive na esfera privada “não se dá a conhecer e, portanto, é como se não existisse”, e é justamente assim, de forma oculta, que as mulheres viveram por longos períodos, como indivíduos invisíveis, quase sempre dependentes e sem autonomia alguma. Suas funções estavam no geral ligadas ao domicílio e ao cuidado com a família, e nesse sentido as construções sociais acerca dos gêneros masculino e feminino tiveram papel importante e contribuíram de forma eficaz no processo de aprisionamento da mulher em posições de subordinação.

É no seio familiar também, que fica nítido a posição de submissão que sempre ocuparam estando sujeitas, na maioria das vezes, a algum tipo de autoridade; quando casadas exercida pela figura do marido e quando solteiras (filhas) na figura do pai, deixando clara a existência de uma dominação masculina.

A relação de gênero se apresenta como uma das formas primordiais para se estabelecer relações de poder, e é na esfera privada que perceberemos com mais clareza como são apresentadas essas diferenças e desigualdades entre homens e mulheres.

Na sociedade brasileira do século XIX, por exemplo, as desigualdades de gênero eram fortes e acentuadas, as famílias eram estruturadas às bases do patriarcalismo, modelo familiar em que a figura central é o “Chefe” (autoridade que geralmente era exercida por uma figura masculina). As alterações nesse tipo de arranjo familiar só foram possíveis devido às transformações ocorridas nos aspectos econômicos da sociedade da época, ou seja, a partir do momento que o Brasil passou de fato a funcionar sobre a lógica capitalista.

Hoje diferente do que tínhamos em séculos passados, existem formas variadas de organizações familiares, sendo algumas delas distintas do modelo patriarcal. Dessa forma as variações trazem consigo a necessidade de fazer análises sociais desses novos arranjos, para uma melhor compreensão dessa multiplicidade.

A configuração familiar em que a monoparentalidade¹, principalmente feminina ocorre, é um exemplo das variações que surgiram em decorrência das mudanças nos padrões familiares da sociedade, e é justamente nesse seguimento que estudos apontam que as mulheres vêm assumindo um papel até então exercido tradicionalmente pelos homens, o papel de “chefes de família”.

Apesar da chefia feminina² ser observada com maior frequência no modelo monoparental, ela pode ser observada também em outros tipos de arranjos familiares, não sendo descartada sua presença, inclusive quando há presença de um companheiro ou marido. Um dos elementos identificados e que é responsável por proporcionar à mulher uma condição diferente do que já estavam acostumadas há tempos atrás, é o trabalho.

A inserção do trabalho assalariado foi importante fator na condução das mulheres a uma posição de não submissão dentro da estrutura familiar. Quando

¹ A monoparentalidade no Brasil é prevista na Constituição Federal de 1988 pelo artigo 226 § 4º e entende como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

² Uma chefia feminina tem vários significados, uma mulher solteira, separada ou viúva, com filhos tendo ou não parentes e /ou agregados em casa; mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou [por que] já faleceram, tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo no domicílio; mulher solteira, separada ou viúva, morando sozinha ou mulher casada chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa. (BERQUÓ, 2001 apud WOORTMANN, 2002).

passam a assumir essa nova função de “chefe”, elas se tornam e se entendem como figuras centrais, tanto no que se refere à autoridade máxima na família como principais provedoras econômicas das necessidades do domicílio. A questão de gênero e trabalho, como podemos perceber, são passíveis de muitos estudos e análises e proporcionando o despertar para o tema abordado nesta monografia.

O interesse em trabalhar esta temática surgiu da inquietação provocada por algumas disciplinas, entre elas principalmente, a de História Social Brasileira, Antropologia Contemporânea e a disciplina Questões de Gênero.

Sendo a graduação um período que nos proporciona ganho em experiência, ao passo que lapidam nosso olhar para enxergar a sociedade de forma mais profunda, e nos ensina a estranhar e problematizar o que é considerado por muitos como normal, o curso de Ciências Sociais cumpre muito bem a função de nos oferecer bases teóricas para fugirmos de pensamentos que vão além do senso comum, fazendo assim com que, ao final desse ciclo, possamos dizer de fato que fazemos ciência e que somos Cientistas Sociais.

Entre a infinidade de temas sociológicos, a questão do gênero sempre foi algo que me despertou interesse como já mencionado, porque em geral a meu ver todas as situações que envolvem as mulheres, tendem a ser muito ricas em conteúdo e quase sempre resultam em boas análises.

Nesse trabalho de conclusão de curso especificamente, decidi abordar como objeto de estudo o tema: “Mulheres chefes de família”, por se tratar de uma questão que tem sido frequente no meio social em que vivo e por ser uma situação que traz muitas nuances importantes como a influência do trabalho nas relações, situações que merecem ser discutidas, mas que muitas vezes se tornam ocultas por estarem relacionada ao âmbito privado.

A inquietação em saber respostas sobre os questionamentos referentes as relações de gênero e poder em esfera privada, e principalmente a influência do trabalho assalariado e os reflexos que esse elemento têm sobre a vida das mulheres e a posição que elas ocupam na estrutura familiar, são pontos importantes que irei abordar e pretendo contribuir positivamente com mais um estudo sobre o tema que ainda é pouco explorado.

O objetivo principal desse estudo é analisar a influência do trabalho assalariado nas relações de poder estabelecidas em âmbito privado, percorrendo

sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho e buscando descobrir quais os fatores que conduzem as mesmas à chefia da família.

De acordo com o objeto de pesquisa selecionado a pesquisa qualitativa apresentou-se como abordagem mais adequada para a construção metodológica desse trabalho. Pois,

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos de mudança de determinado grupo e possibilitar em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos” (RICHARDSON, Roberto Jarry, 1999).

História de Vida foi o método utilizado pautado na Historia Oral, pois visa descrever um dado momento vivido pelo sujeito, e busca aprender elementos gerais contidos nas entrevistas dos indivíduos. Segundo Spindola e Santos (2003), “por meio de relato de História de Vida individual, podemos caracterizar a prática social de um grupo”, essa técnica fornece ao pesquisador uma riqueza de detalhes que são de grande importância no momento da coleta de dados e mostra ao entrevistador como o indivíduo se relaciona com a sociedade.

Para obtenção dos dados foram feitas entrevistas semiestruturadas o que proporcionou menos formalidade a relação pesquisadora/informante, e deixou espaço aberto para informações que um roteiro poderia deixar escapar.

No primeiro capítulo há uma breve análise sobre gênero, uma vez que se faz necessário compreender tal categoria antes da discussão sobre as relações estabelecidas em âmbito privado. É abordada ainda, a questão do poder, do papel das construções sociais, além do contexto histórico da inserção da mulher no mercado de trabalho e suas nuances.

No segundo capítulo, destacou-se o papel das Mulheres Chefes de família, discorrendo um pouco sobre os novos arranjos familiares e as causas que alguns autores apontam para que a chefia feminina ocorra.

Por fim, o terceiro capítulo discorre sobre as análises realizadas sobre os dados coletados durante as entrevistas, identificando em que contexto as mulheres se entendem como chefes de família e a influência do trabalho na posição ocupado por elas na família.

1. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNERO

Para compreender os fatores envolvidos nas relações de poder, estabelecidas em âmbito privado, é necessário e importante que antes seja feita considerações referentes à categoria de gênero. Entender essa categoria nos dará margem e nos permitirá perceber a influência das construções históricas e sociais na vida das mulheres.

Sobre a ideia de gênero Alan Touranie (2011), diz que tal criação e sua rápida difusão, marcaram o fim do dualismo que, por de trás de belas aparências, reduzia a mulher *a um ser para o homem*, como Simone Beauvoir (1970) já havia destacado em seu livro “O segundo sexo”. Alguns conceitos, segundo ele, limitavam as mulheres, pois as mesmas concepções que eram utilizadas para compreender os homens também eram aplicadas às mulheres, colocando-as assim em posição de inferioridade. Quando a categoria analítica ‘mulher’ passou ser insuficiente para explicar a complexidade das relações, a ideia de gênero tornou-se mais adequada aos estudos.

É notável que entre os trabalhos de teóricos clássicos da sociologia como Durkheim, Weber e Marx, o estudo sobre gênero nunca foi objeto central de investigação, esses autores não costumavam usar essa categoria nem faziam análises profundas sobre o tema. A categoria passou a ser mais explorada a partir da década de 80 pelas feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. (SCOTT, 1995).

Durante muito tempo nos estudos, estiveram presentes a dualidade sexo e gênero, onde sexo estava ligado à natureza e gênero a cultura. O termo gênero inicialmente era usado pelas feministas em sentido literal para se referir à organização social entre os sexos, mas outras formas de enxergar e compreender a categoria foram surgindo e o tema foi sendo cada vez mais objeto de interesse, tornando-se campo fértil de análise na contemporaneidade.

Observa-se que é partir do gênero que se pode perceber a organização da vida social suas conexões de poder as relações entre os sexos, isto é, ele transforma seres biologicamente macho e fêmea em homens e mulheres, entendidos como seres sociais, numa reflexão essencialmente social, e, assim, nos proporcionam desvendar e compreender a complexa e instigante dinâmica das relações sociais, desigualdades e hierarquias sociais, pois o gênero se preocupa em desmistificar a consolidação de identidades

encarceradas do masculino e do feminino o qual limitam homens e mulheres e seus "papeis" já consolidados socialmente (BISPO, ATAÍDE, FELIX, 2012).

No sentido de superação da hierarquia construída entre homens e mulheres, o movimento feminista teve relevante contribuição na história. As feministas perceberam que os papéis destinados a homens e as mulheres foram socialmente construídas e, nesse sentido a mulher sempre ocupou uma posição de subordinação. Dessa forma, houve a necessidade por parte das mulheres, que sempre sofreram por estar em posição de inferioridade, à necessidade de um movimento para superação dessa dominação e dessas construções que colocavam sempre a mulher em segundo plano nas relações sociais estabelecidas.

Joan Scott traz contribuições bem abrangentes quando fala sobre gênero como categoria útil de análise. Para ela o gênero é a primeira instância dentro da qual o poder se articula. Gênero então diz respeito aos processos culturais que atuam mediante relações de poder construindo padrões hegemônicos a partir de corpos sexuados (SCOTT, 1995). Ainda de acordo com a autora, o uso do gênero coloca ênfase sobre todo um sistema de relação que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado por ele nem determina diretamente a sexualidade. Ela não desconsidera que existem diferenças de corpos sexuados mais o que seus estudos procuram destacar, é como se constroem os significados para essas diferenças.

Os escritos feministas dos anos 80 estavam centralizados em um sujeito constituído no gênero, não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais – um sujeito não só com experiências de relações de sexo, mas com a dimensão de raça de classe, portanto múltiplo, em vez de único, e contraditório, em vez de simplesmente dividido. Para especificar esse novo tipo de sujeito, foi necessário um novo conceito de gênero que não estivesse tão fortemente vinculado à diferença sexual (Scott, 1990 apud Bezerra, 2012).

Tomando como entendimento de gênero as ideias de Scott (2012), seu posicionamento dará margem para as considerações que serão feitas no decorrer do trabalho a ser desenvolvido sobre as relações de gênero e de poder em esfera privada.

1.1 O poder e suas implicações nas relações sociais

Com intuito de promover um bom entendimento sobre as relações de gênero e poder, cabe aqui inicialmente pontuar contribuições que alguns autores trazem ao abordarem e analisarem a temática do poder. Como as relações de poder estão imersas e permeiam as relações de gênero, não se consegue aprender está sem esmiuçar como o poder se constitui nas relações sociais.

O poder implica em relação social e, é pautado nisso que Hannah Arendt (2010) fala que o poder só passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que ele se dispersa. Dessa forma o único fator material indispensável para geração do poder é a convivência entre os “homens”, ou seja, para que o poder tenha aplicação é necessário que haja quem esteja na posição de exercê-lo e esteja na posição de subordinado a essa ação.

Na definição weberiana, poder é a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo que contra toda resistência [...], e a partir do momento que o poder tem possibilidade de ser acatado este é identificado como dominação. Dessa forma podemos dizer que as relações de gênero são uma forma primária de estabelecer relações de poder na sociedade.

Levando em consideração as construções históricas e a concepção weberiana de dominação, percebe-se claramente nas relações de gênero um domínio masculino. Na maioria das vezes o poder que é exercido pelo homem é obedecido pela mulher colocando-a em posição de subordinação a esse domínio.

A situação de subordinação da mulher se resume em uma situação de não-poder como coletivo: onde quer que estejam situadas ou o que quer que façam, as mulheres estarão sempre em uma posição de inferioridade em relação aos homens pelo fato de serem mulheres. Isso não quer dizer que não há mulheres poderosas, importantes, mas o são a título individual: não é por isso que o coletivo "mulheres" deixe de ser visto como um coletivo sem-poder. Mais ainda, o não-poder, a submissão, são considerados tradicionalmente encantos que definem a 'feminilidade' (o poder da mulher não resulta nada erótico) (PETIT, 1996 apud COSTA 2012).

O poder durante muito tempo foi algo estranho à vida das mulheres, sem suas vontades devidamente respeitadas nas relações sociais, seguiram sempre oprimidas, dominadas, limitadas, vigiadas e subordinadas a alguma autoridade que geralmente vinha de uma figura do gênero masculino. O não poder feminino muitas vezes chegou a ser naturalizado, mas de natural as relações que apresentam desigualdade não têm nada. Historicamente falando, o poder sempre esteve implícito

na reprodução de relações de forma desigual e injusta entre mulheres e homens. (BISPO, ATAÍDE, FELIX, 2012).

No que se refere à questão do poder, as interlocuções que a Sociologia fez com a Psicanálise e a Psicologia é numerosa, notadamente a escola de Frankfurt, que abordou poder, violência e dominação, para explicar, por exemplo, os mecanismos de imposição de regras e de valores. Os autores dessa escola refletiam sobre personalidade autoritária e personalidade democrática. (CRUZ, 2012).

Em se tratando de poder, outro autor que tem uma vasta produção e contribuição para o entendimento dessa questão é Michel Foucault (2012), segundo o qual, o poder está em todo lugar e este se apoia em saberes e discursos, com intuito de legitimar a soberania e a obediência. Esses discursos de acordo com a época mudam e todos nós de acordo com Foucault, estamos envolvidos nesse sistema, ou seja, o poder se exerce em rede.

Onde há poder ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui. (FOUCAULT, 2012).

O poder por vezes é exercido de forma violenta e essa violência está muito presente nas relações em esfera privada, é o que chamamos de violência doméstica. De acordo com Rachel Sobet (2012) a violência é mais uma demonstração de fraqueza e impotência do que de força e poder.

Essa explicação se completa pelo fato de que tais homens desprovidos de poder e de autoridade nos espaços públicos- no trabalho e na política, seria assegurado o exercício no espaço privado, ou seja, na casa sobre a família. Nesse sentido qualquer ameaça a sua autoridade na família lhe provoca forte reação, pois perdem os substitutos compensatórios para sua falta de poder no espaço mais amplo. (SOBET, 2012).

Infelizmente as agressões físicas, foram e ainda são recorrentes na vida de muitas mulheres no Brasil e no mundo, os motivos para que a violência ocorra são diversos como apontam alguns estudos, muitas vezes os homens praticam esses atos por se entenderem como superiores, resultado de cultura marcada pelo machismo.

A violência contra a mulher é compreendida pela perspectiva de gênero, como consequência das relações de poder entre homens e mulheres. Então pela ordem patriarcal o homem se vê na condição de proprietário da mulher e se acha no

direito de exercer o poder sobre ela. (FERREIRA, CANUTO, NERY, 2012). A violência além de física pode ser psicológica, esta última utilizada como forma de diminuir a mulher, intencionando desencorajá-la de tomar qualquer atitude que possa mudar sua posição.

Recentemente os governos passaram a olhar essa questão com mais atenção, e a partir daí, foram surgindo medidas que pudessem inibir o uso da força contra a mulher, no Brasil um exemplo bem claro é a lei 11.340/06, mais conhecida como lei Maria da Penha que visa proteger a mulher contra a violência doméstica e familiar. A lei não contempla apenas casos de agressão física, estão previstas as situações de violência psicológica que acaba provocando o afastamento dos amigos e familiares, as ofensas, destruição de objetos e documentos, além de difamação e calúnia, que também são citados na lei.

Apesar das medidas jurídicas tentarem inibir as ações dos agressores, os índices de violência contra mulher ainda são altíssimos em nosso país, cresce também de forma assustadora o número de feminicídios, termo utilizado para se referir a assassinatos de mulheres em contextos marcados pela desigualdade de gênero. Tudo isso mostra que muito ainda deve ser feito em relação a essa questão tanto em nosso país, quanto no mundo.

As construções sociais contribuíram, significativamente, para o fortalecimento das desigualdade de gênero dentro das sociedades.

Socialmente as relações entre homens e mulheres são marcadas por assimetrias, em que o homem é quem detém o poder, se sentindo até mesmo na condição de proprietário da mulher, e as mulheres são o ser da submissão, cabendo a mesma a condição de dócil, cuidadora da casa e dos filhos. (FERREIRA, CANUTO, NERY, 2012).

Desta forma, questiona-se: por qual motivo durante muito tempo a mulher se viu aprisionada à dominação masculina? Podemos dizer que foi pela relação de dependência principalmente financeira, já que muitas eram impedidas de exercer trabalho fora de casa? Podemos. Mas é certo que não há um motivo específico, e sim uma variedade de justificativas para responder tal questionamento. Mesmo que não saibamos todas as respostas, sabemos sem dúvidas que as construções sociais contribuíram muito para que ela permanecesse nesse estado de subordinação, como abordaremos a seguir.

1.1.2. As construções sociais do feminino

As construções sociais são elementos estruturantes das relações de poder. É fato que os papéis historicamente atribuídos tanto aos homens quanto às mulheres, permitiram que se construísse e se desenvolvesse socialmente uma relação desigual entre ambos. Nota-se que o gênero feminino esteve sempre em desvantagem e subordinado ao domínio masculino. Se gênero é a primeira maneira de significar as relações de poder, torna-se primordial compreender como estas se irradiam socialmente e fazem parte da construção social do feminino.

A naturalização de funções destinadas a ambos os sexos fez surgir na sociedade uma hierarquia de poder que se consolidou no decorrer do tempo, tanto que a desconstrução desses padrões estabelecidos, tornou-se obstáculo difícil de ser ultrapassado na modernidade.

Para Bourdieu (2014) masculino e feminino são construções sociais que encontram seu princípio na divisão da razão androcêntrica, ela própria fundamentada na divisão dos estatutos sociais atribuídos ao homem e a mulher. Essa divisão a luz do androcetrismo, visa supervalorizar o pensamento masculino e valoriza também pensamentos conservadores, moralistas e machistas. Muitos artifícios foram usados para manter a mulher sempre subalterna as decisões dos homens ficando ela assim sem poder de decisão em qualquer instância da vida.

Simone Beauvoir (1970) explica que quando surge à propriedade privada, aparece: o senhor dos escravos e de terra e o homem, e é dessa forma que ele também se torna proprietário da mulher. E isso consiste segundo ela consequentemente na grande derrota histórica do sexo feminino.

O domínio privado constitui um campo de análise muito rico de informações, mas nem sempre esse espaço foi pensado como um lugar que devesse ser explorado e investigado. Estudos sempre deram conta de explicar e explorar a esfera pública, porém a esfera privada se manteve por vezes oculta ou por que não dizer; protegida.

A distinção entre o domínio público e o privado, concebida mais do ponto de vista da privacidade que do corpo político, equivale à distinção entre o que deve ser exibido e o que deve ser ocultado. Somente a era moderna em sua rebelião contra a sociedade, descobriu quão rico e variado pode ser o domínio do oculto nas condições de intimidade; mas é impressionante que, desde os primórdios da história até o nosso tempo, o que precisou ser escondido na privacidade tenha sido sempre a parte corporal da existência humana, tudo

o que é ligado a necessidade do processo vital e que, antes da era moderna, abrangia todas as atividades a serviço da subsistência do indivíduo e da sobrevivência da espécie. (ARENDR 2010).

É na esfera privada e nas relações mantidas nesse espaço que notamos como as diferenças de papéis historicamente construídas atuam fortemente e geram uma hierarquia de poder. De acordo com Arendt (2010) os homens se juntam nesse espaço por serem a isso compelido, por suas necessidades e carências. É nessa esfera social também, que a divisão de tarefas colocou e ainda coloca a mulher em uma relação de dependência.

O fato que a manutenção individual devesse ser tarefa do homem e a sobrevivência da espécie tarefa da mulher era tido como obvio e ambas as funções naturais. O trabalho do homem para fornecer o sustento, e o trabalho da mulher no parto era sujeitas a essa premência da vida. Portanto a comunidade natural do lar nascia da necessidade e a necessidade governava todas as atividades realizadas nela. (ARENDR, 2010).

As diferenças biológicas parecem como a base das diferenças sociais (BOURDIEU 2014), dessa forma, ser homem ou ser mulher significava ocupar posições diferentes, ou melhor dizendo posições desiguais de poder na sociedade. Todos os aspectos e características direcionadas e construídas para ambos os gêneros, permitiram que se desenvolvesse uma hierarquia onde as funções ditas masculinas eram mais importantes que as femininas. Na perspectiva de divisão sexual de tarefas, o gênero feminino saía sempre em desvantagem, e por mais que suas funções fossem tão importantes quanto às direcionadas ao masculino, não existia uma relação equilibrada de poder.

O estigma de protetor e de provedor que foi construído a figura do homem, sempre lhe atribuiu um status social de superioridade e de grande prestígio social. Já ao feminino foi construída a imagem de um ser cheio de fragilidade e delicadeza, pensamentos que foram se naturalizando, como se tais características fossem biologicamente inerentes ao homem e a mulher.

É a capa de proteção que o homem deveria oferecer a mulher em virtude da fragilidade desta que aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família. (SAFFIOTI 2013).

Pautados nessa maneira de enxergar o masculino e o feminino, o comportamento das mulheres fora sendo moldados, ao passo que elas eram condenadas todo tempo a dar aparência de fundamento natural a identidade minoritária que lhes é socialmente designada. (BOURDIEU, 2014). A perspectiva de estar à sombra do homem e em segundo plano, foi aos poucos se tornando um padrão, adotado pela sociedade em ambas as esferas (pública e privada).

A antropóloga Margareth Mead (2006), em seu livro *sexo e temperamento* faz uma análise interessante quando estuda comunidades simples das montanhas, ela percebe como os comportamentos sociais podem ser construídos e moldados de acordo com cada sociedade. Segundo Mead as características psicológicas que a sociedade ocidental está habituada a ligar feminilidade e masculinidade, são construídas, uma vez que nas comunidades descritas por ela em seu trabalho, certos comportamentos que na sociedade ocidental por exemplo são reconhecidas como atividades masculinas e femininas, em organizações sociais diferentes, tal divisão não obedece às mesmas regras e não funcionam da mesma maneira. Reforçando assim a ideia de que masculino e feminino são padrões construídos e não naturais de acordo com cada grupo.

Em se tratando de sociedade ocidental, afastadas da esfera pública durante muito tempo, as mulheres tinham todas suas tarefas ligadas diretamente à esfera familiar. Em âmbito privado, o trabalho doméstico parecia desaparecer, ao lado do trabalho produtivo do homem, que era considerado tudo, enquanto o primeiro um anexo insignificante. (BEAUVOAIR, 1970).

A publicidade inclusive foi um dos meios utilizados, intencionando mostrar a mulher qual o seu lugar na sociedade, não era difícil ver em um passado não tão distante, a figura da mulher sempre associada ao espaço doméstico, o que reforçava que o feminino era algo frágil, delicado e meigo e sem estranhamento sempre foi representado por cores suaves e leves. Ou seja, até de forma sutil, tudo isso buscava moldar o comportamento e colocar na cabeça das mulheres o lugar que elas deveriam ocupar conformalmente na sociedade.

Excluídas do universo das coisas sérias, dos assuntos públicos e mais especialmente econômicos, as mulheres ficaram durante muito tempo, confinadas ao universo doméstico e as atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência; atividades (principalmente maternas) que, mesmo quando aparentemente reconhecidas e por vezes ritualmente celebradas, só o são realmente enquanto permanecem subordinadas as

atividades de produção, as únicas que recebem uma verdadeira sanção econômica e social, e organizada em relação aos interesses materiais e simbólicos da descendência, isto é, dos homens. (BOURDIEU 2014).

Mesmo que as mulheres fossem figuras importantes e exercessem tarefas fundamentais tanto quanto a dos homens no âmbito doméstico, seu trabalho não era valorizado, tanto que na família elas sempre estiveram sujeitas a dominação masculina. Quando filhas a subordinação era prestada a figura do pai e quando casadas a figura do marido.

Na esfera privada o homem encontra condições para exercer sua dominação, e enquanto o comportamento feminino era cercado de regras, imposições e limitações, os homens sempre foram exaltados e suas funções vistas como essenciais a sobrevivência da espécie humana.

É o homem que na maioria dos casos tem de ser o suporte, o sustento da família, pelo menos nas classes possuidoras, e isso lhe dá uma posição de dominador que não precisa de nenhum privilégio legal específico. Na família o homem é o burguês e a mulher o proletariado. (ENGELS, 2009).

O poder masculino fica mais evidente no modelo de família patriarcal, esse tipo de organização familiar em sua essência era adotado por famílias numerosas que além de incluir o núcleo conjugal e dos filhos, era formado também por parentes, aderentes e criados. Todos esses eram submetidos ao poder absoluto do chefe, que ao mesmo tempo era o marido, o pai e patriarca. Algumas premissas se refletem nesse modelo de organização, como por exemplo, a visão de uma sociedade dividida entre dominantes e dominados usado principalmente por tendências marxistas.

Estruturado em uma sociedade escravocrata-senhorial onde a composição familiar estava fundamentada no patriarcalismo, no Brasil do século XIX esse modelo foi muito útil tanto para manter a ideia de supremacia masculina como na manutenção da estrutura econômica do país. Dessa forma as relações entre os sexos e conseqüentemente a posição da mulher na família e na sociedade em geral constituíam parte de um sistema de dominação mais amplo. (SAFFIOTI, 2013).

A sociedade brasileira do século XIX era fundamentada em fortes bases patriarcais, as mulheres viviam para esfera do lar, e quando "senhoras" também desempenhavam funções importantes, que não necessariamente entendemos hoje

como serviços domésticos, como por exemplo, a supervisão dos trabalhos na tecelagem, na costura, na confecção de renda e bordado entre outras tarefas.

Em quase todo país a vida era dura para a maioria, e da mulher se esperava que desempenhasse seu papel direta e constantemente. Não somente houve casos frequentes em que as viúvas tomaram a direção dos negócios da família com energia e sucesso, revelando-se líderes genuínas, mas também casos em que a esposa de um homem incapaz ou incapacitado tomou seu lugar na chefia da família" (Mello e Souza, Antônio Candido, apud Saffioti,2013).

A divisão de tarefas baseadas no sexo também era aplicada aos escravos, os negros homens desempenhavam seu papel em serviços braçais enquanto as negras trabalhavam em tarefas domésticas na cozinha, na limpeza da casa, e aos cuidados com os filhos pequenos dos senhores. E como se não bastassem todas essas funções, essas ainda eram vítimas de abusos sexuais por parte dos senhores, que as viam como objeto. Isso deixa mais evidente o contexto de dominação é a condição de subordinação e opressão da mulher negra principalmente na sociedade da época

Mesmo que nesse período em alguns casos a mulher tenha se revelado plenamente capaz de assumir posições de liderança, "era universal na sociedade escravocrata brasileira, quer a mulher desempenhasse papéis úteis, quer levasse vida ociosa, a aceitação por parte do elemento feminino, da completa supremacia do homem sobre a mulher no grupo familiar e na sociedade em geral. Todo o processo de socialização da mulher encaminha-a para submissão" (SAFFIOTI, 2013).

Com o passar do tempo, o modelo patriarcal foi perdendo um pouco da sua rigidez, possibilitando a mulher certas atitudes antes não permitidas. Como ressalta (Saffioti, 2013) "à medida que a família foi variavelmente e segundo a dinamização da ordem econômica perdendo suas bases patriarcais, decresceu a prepotência do seu chefe em consequência de sua perda de parcela das funções políticas e econômicas anteriormente desempenhadas". Mais ainda que as mudanças tenham paulatinamente ocorrido, o homem continuava como elemento fundamental em relação à hierarquia da família.

Toda essa carga histórica na qual a mulher viveu em condições de submissão contribuiu para fortalecer e deixar com cara de natural a hierarquia estabelecida nas famílias no Brasil, e contribuiu também para que muitos preconceitos

aparecessem quando a mulher começou a ganhar um pouco de liberdade conseguida principalmente quando esta passa a se inserir no mercado de trabalho.

1.2. Contexto histórico da inserção da mulher no mercado de trabalho

O trabalho é um dos elementos sociais primordiais, por isso de acordo com Durkheim esse se constituiu como um fato social. E estando ele sempre presente na sociedade, nunca foi algo alheio à vida das mulheres.

Antes da revolução industrial e agrícola, no período de economia pré-capitalista, a mulher era bem ativa em relação ao trabalho, além de trabalhos domésticos, algumas exerciam funções nas manufaturas, nos campos, nas minas, e em outros setores econômicos da sociedade e dessa forma criavam riqueza social e contribuía para subsistência de sua família. (SAFFIOTTI, 2013).

No período medieval as atividades econômicas desenvolvidas pelas mulheres estavam ligadas ao comércio e estas enquanto pessoas jurídicas eram responsáveis por seus atos. Nesse período observa-se uma considerável participação feminina em atividades comerciais principalmente na França e na Inglaterra. Mesmo que aparentemente tenha-se uma falsa ideia de ganho em autonomia feminina, vale lembrar que as mulheres sempre foram vistas como seres incapazes e inferiores aos homens.

Nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e politicamente seja a mulher inferior ao homem, ela participa do sistema produtivo; desempenha, portanto, um importante papel econômico. Este papel, entretanto, na medida em que é menos relevante que o do homem, define-se como subsidiário no conjunto das funções econômicas da família. (SAFFIOTTI, 2013).

Ainda que as mulheres participassem do sistema produtivo, fica evidente que o trabalho doméstico e o cuidado com o lar seguiram como se fosse atividade inerente à mulher, tal atividade ainda é tida como se fosse algo natural, e como tal muitas vezes não é percebido como trabalho. O trabalho doméstico mesmo sendo muito importante, foi desvalorizado pelas próprias mulheres que desempenhavam essa função, isso se devia ao fato do mesmo não lhes trazer nenhum retorno financeiro, mas isso não quer dizer que este trabalho seja menos importante que o trabalho que é exercido na esfera pública.

O fato de que o trabalho doméstico da mulher não tenha uma retribuição em dinheiro contribui realmente para desvalorizá-lo, inclusive aos seus próprios olhos, como se esse tempo, não tendo valor de mercado, fosse sem importância e não pudesse ser dado sem contrapartida, e sem limites, primeiro aos membros da família, e, sobretudo as crianças [...] mas também externamente, em tarefa de beneficência, sobretudo para Igreja, em instituições de caridade ou, cada vez mais em associações e partidos. (BOURDIEU, 2014).

Sempre coube às mulheres as tarefas domésticas e funções relacionadas ao cuidar; cuidar da casa, dos filhos, do marido, tudo voltado para produção de valor de uso, que pudesse garantir o bom funcionamento da esfera familiar. Infelizmente a valorização desse trabalho só se deu em períodos recentes da história.

Como já citado anteriormente, antes do aparecimento do sistema capitalista, a mulher participava do sistema produtivo com funções econômicas voltadas principalmente a família, com o fortalecimento do capitalismo muitas mudanças ocorreram na estrutura social (que passou a ser dividida em classes sociais) e a organização do trabalho, principalmente feminino foi afetada por essas transformações.

O crescimento da maquinaria, do aparato tecnológico e o intenso processo de industrialização, proporcionou muitas oportunidades de emprego, pois se fazia necessário à absorção de um maior número de mão de obra para atuar no processo de produção, e é nesse contexto que a mulher passa a integrar o mercado de trabalho assumindo postos de operarias e participando dos processos de produção nas fábricas. Levando em consideração todos esses momentos históricos, a interiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. (SAFFIOTI, 2013).

Fatores como o desenvolvimento da tecnologia e o aumento da maquinaria nas fábricas, fazia ser menor a carência de força física, o que permitiu também uma grande absorção de mão de obra feminina e infantil nas fábricas. A forte industrialização e os processos de urbanização foram também responsáveis por promover um desalojamento de trabalhadores do campo, o que Saffioti (2013), afirma ter cavado um profundo abismo entre trabalho e a posse dos instrumentos de trabalho.

Muitos estudos pontuam também que a inserção da mulher no mercado de trabalho, ocorreu nos períodos da I e II Guerra mundial, a explicação se dá pelo fato de que quando os homens iam para campo de batalha, as mulheres passavam a

assumir posições e funções desempenhadas por eles nos negócios da família, e quando eles conseguiram voltar da Guerra, muitos se encontravam com alguma perda física que os impossibilitava de desempenhar as mesmas tarefas de antes, cabendo assim a mulher tomar o lugar que era do marido e garantir a sobrevivência da família através do trabalho desempenhado fora da esfera doméstica.

Mesmo gozando de plenas aptidões para exercer as mesmas atividades profissionais desempenhadas pelos homens, a capacidade da mulher de exercer certas funções, sempre foi posta em dúvida. Manter-se no mercado era (e ainda é) um constante teste, no qual a mulher está o tempo todo a prova de ser capaz de superar.

O universo do trabalho assalariado era desconhecido para a maioria das mulheres até o início do capitalismo, não é precipitado afirmar que todas encontraram em seu caminho uma série de barreiras para atuar e permanecer no mercado de trabalho.

No início do desenvolvimento do capitalismo a mulher da pequena burguesia encontrava-se diante de alternativas pouco promissoras, ou resignar-se a perda de função econômica permanecendo no lar ou aceitar as poucas oportunidades que lhes abria o mercado de trabalho (SAFFIOTI 2013).

Um dos obstáculos a ser superado pela mulher continua sendo a dominação masculina, que além de se dá na esfera familiar se estende também a esfera do trabalho. As oportunidades que estavam à disposição das mulheres no mercado, ainda as colocava em posição de submissão, e isso ficava claro até nos salários que eram pagos a elas, que eram sempre inferiores ao do homem, mesmo que ambos cumprissem as mesmas funções.

Discursos como os de que a mulher teria sido criada somente para tarefas que diziam respeito ao casamento e a educação dos filhos aprisionava de forma invisível as mulheres, e as impediam de certa maneira de pensar em se qualificar para se adequar as necessidades das atividades profissionais que o mercado exigia. Dessa forma não sendo a mão de obra feminina qualificada, na maioria das vezes sua integração na estrutura de classes se dá por meio de ocupações ditas inadequadas ao homem e de pouco prestígio.

Ainda que esses percalços existissem, ter um emprego para mulher significava bastante, pois estar fora do contexto na qual ela foi ensinada a se sentir

como parte natural (o lar) significava em certa medida, um ganho, ainda que limitado e sob algum tipo de domínio social.

1.2.1. Sociedade brasileira: a instrução e o trabalho feminino

Antes que se possa fazer uma abordagem sobre o trabalho feminino no Brasil, é necessário brevemente compreender como eram tratadas as mulheres do ponto de vista da instrução e escolarização. A educação sem dúvidas é instrumento de transformação, e se durante séculos não fosse negado as mulheres o direito de obter conhecimento, certamente muitas questões teriam sido superadas por elas a mais tempo.

No Brasil desde a época da colonização e do império a instrução que era dada a população tinha fortes bases religiosas e estava nas mãos da igreja católica, ainda que representassem a única força capaz de se contrapor aos excessos da autoridade do patriarca, sancionavam positivamente o regime e, hábil e sutilmente, doutrinavam os meninos nas escolas e as mulheres nas capelas e igrejas. (SAFFIOTI, 2013). Os jesuítas que catequisavam os índios e os filhos menores dos brancos tinham como principal objetivo conquistar mais adeptos para a religião cristã, ou seja, o conhecimento não era usado para libertação e sim manutenção do que já existia. A igreja dizia preservar a família e de várias maneiras procurava deixar claro o lugar das mulheres.

Entre os séculos XVIII e XIX, as únicas fontes onde as mulheres poderiam adquirir um pouco de instrução era nos conventos, que mesmo assim foram ameaçados pelo governo da época por alegarem que essas instituições eram perigo de despovoamento, mesmo que um número reduzido de mulheres recorresse a esses espaços. A falta de iniciativa do governo em proporcionar instrução feminina, tinha a intenção de não prejudicar as funções maternas das mulheres, mas contraditoriamente reconhecia a necessidade de instruí-las.

Só a partir da Constituição de 1823 que a ideia de instrução feminina esteve presente legalmente na sociedade e ainda assim muitas limitações eram feitas. A educação que lhes eram oferecidas nos colégios, tinham um cunho marcadamente doméstico.

Com efeito enquanto a escola secundária masculina procurava, precipuamente encaminhar os rapazes para os cursos superiores, distanciados da realidade brasileira e de suas exigências prática, a educação feminina pautava-se pelo ideal de educação da mulher para o casamento. (SAFFIOTI,2013)

No período da República, apesar da consagração do princípio da liberdade de ensino e da laicidade, a igreja católica ainda era muito influente e continuava a se beneficiar em relação a escolarização, ainda que seus espaços de ensino fossem um pouco mais restritos. Segundo Heleieth Saffioti (2013), foram as escolas protestantes que tiveram consequências bastante sensíveis para o processo de alargamento do horizonte cultural da mulher brasileira, pois introduziam a coeducação dos sexos. Mas ainda assim as não tinha condições de concorrer com o império educacional católico.

Já no século XX, o número de mulheres que antes de 1930 conseguia chegar ao ensino superior era muito reduzido, e deixa mais uma vez em evidencia a diferença dos espaços que são ocupados pelas mulheres e pelos homens. As poucas mulheres que conseguiam ingressar no ensino superior se concentraram por vezes em ramos de ensino menos valorizados socialmente. É interessante notar que reflexo disso, hoje em muitas universidades a depender do curso temos maioria masculina ou feminina. Mas aos poucos as mulheres vão tomando consciência que podem ocupar qualquer lugar por sua própria escolha independente da carga histórica que carregam.

Então sendo a falta instrução da mulher um dos obstáculos que pesou quanto sua colocação no mercado de trabalho, pode-se dizer que qualificação profissional interfere na posição ocupacional desta, a estratificação por sexo intervém, não raro de modo negativo, quer na qualificação da força de trabalho feminina, quer no posicionamento da mulher na estrutura ocupacional. (SAFFIOTI,2013).

Em relação ao mercado de trabalho quando o Brasil passou a se inserir na lógica do capitalismo, as estruturas sociais e econômicas do país sofreram muitas mudanças. Partes dessas transformações devem-se ao período de industrialização e urbanização ocorrido entre o final do século XIX começo do século XX.

Com a instalação de muitas fábricas no país, a necessidade de mão de obra para trabalhar nesses locais torna-se muito grande, dessa maneira observa-se que um grande contingente de mulheres passa a se inserir no mercado para atuar

como operárias e a deixando assim de exercer somente o trabalho doméstico (o que não quer dizer que estando trabalhando fora ela deixe de fazer as tarefas do lar).

A absorção de um grande número de mão de obra feminina no Brasil, assim como em outras partes do mundo, se devia ao fato dessa ser abundante e barata, e uma vez que os salários que eram pagos a elas eram mais baixos que os dos homens, e as jornadas de trabalho extremamente longas, empregar um número grande de mulheres na produção significava ter bastante lucro certamente.

O dia-dia nas fabricas eram cansativos, como ainda não havia legislação que regulamentavam as relações de trabalho, as jornadas eram longas e os trabalhadores (homens, mulheres e crianças) eram muito explorados. O ambiente das fabricas em termos de higiene, segurança e condições de trabalho eram insatisfatórios. A condição das mulheres se agrava ainda mais por que estas ainda sofriam com fatores como o assédio sexual praticado pelos chefes de produção. Alguns estudos feitos das condições de trabalho da época revelam que as mulheres eram chamadas e trancadas em salas para assim serem obrigadas a praticarem atos sexuais, que configurava o que hoje entendemos estupro.

Além do emprego nas fabricas muitas desempenhavam funções produtivas de forma autônoma em suas próprias casas, a renda que era conseguida principalmente com costuras e bordados ajudava no orçamento doméstico. Ainda assim:

As mulheres que trabalhavam nas tarefas caseiras tradicionalmente femininas, lavadeiras engomadeiras, pareciam correr menos perigo moral do que as operárias industriais, mas mesmo nesses casos, sempre as ameaçava a causação de serem mães relapsas. (FONSECA, 2012).

Os desafios para as mulheres se manterem na esfera pública do mercado de trabalho foram inúmeros. Da variação salarial, a intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre que lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido pelos homens como "naturalmente masculino" (RAGO,2012).

É importante salientar que o trabalho feminino que era exercido fora do âmbito privado era visto com olhares condenatórios e preconceituosos. A situação se agravava entre as mulheres negras, lembrando que estas sempre trabalharam, primeiro de forma escrava e depois da abolição continuaram a trabalhar em atividades nos setores ditos desqualificados e subalternos, recebendo maus tratos e salários

insatisfatórios. Nota-se que profissões como empregadas domésticas cozinheiras, lavadeiras, vendedoras de rua e prostitutas, geralmente eram ocupadas por mulheres negras e pobres.

Sobre a situação das mulheres negras Sueli Carneiro em seu artigo sobre a situação da mulher negra na América latina destaca o seguinte:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram esses mitos, por que nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedora quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem a serviços de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulata tipo exportação. (CARNEIRO, 2014).

Como percebemos a vida das mulheres negras foram marcadas pelas dificuldades e sofrimento por diversos motivos, tanto por serem mulheres numa sociedade machista, quanto por serem negras numa sociedade extremamente preconceituosa e racista e por serem pobres em uma sociedade de classes.

A abolição apresentou significados diversos para a mulher negra e para a mulher branca em virtude do fato de as mudanças operadas no sistema de estratificação em castas não serem acompanhadas, no mesmo grau por mudanças na estratificação à base do sexo. Com efeito, a mulher negra ganha, com a deterioração da sociedade de castas, pelo menos a liberdade formal que lhe era negada anteriormente. (SAFFIOT, 2013).

Sendo a sociedade, apesar da abolição dos escravos, ainda muito racista, a ideia de *embranquecimento* da população brasileira foi muito forte, por isso não por acaso muitos imigrantes europeus vieram ao Brasil para morar e acabaram ocupando a maioria dos postos de trabalho nas fabricas e até mesmo no campo, restando para população negra recém abolida da escravidão, meios de sobrevivência que lhes encaminhavam para ocupações e empregos citado acima e causando inúmeros problemas sociais que até hoje são difíceis de superação.

Entre as mulheres de mais altas classes sociais, o ingresso ao mercado de trabalho não foi tão difícil como para as mulheres pobres e negras, porém não foi tão fácil como imaginamos. Por mais que essas tivessem privilégios econômicos que lhes

garantiam uma boa instrução e educação, podendo elas enveredar por profissões e áreas de conhecimento de maior status social como advocacia e medicina, suas capacidades para assumir essas posições eram postas a prova a todo tempo, muitos não acreditavam que as mulheres conseguiriam desenvolver tais atividades profissionais.

É importante saber que:

A entrada das mulheres na cena coletiva, através das reivindicações dos seus direitos civis e políticos, da incorporação expressiva no mercado de trabalho remunerado fora do lar, e do acesso aos diferentes níveis educativos trouxe ao mesmo tempo uma fratura do espaço público, tradicionalmente considerado masculino, com a constituição paralela de um espaço predominantemente feminino. (CRUZ,2012).

Quando as mulheres ficam fora do lar, elas deixam de exercer unicamente funções que tradicionalmente e historicamente lhes foram destinadas, por isso muitos chegaram a pensar que a inserção da mulher no mercado de trabalho destruiria a família, uma vez que estas não teriam tempo de cuidar dos filhos e nem do marido. Os intelectuais do século XX procuraram redefinir o lugar das mulheres na sociedade, e isso aconteceu no mesmo momento em que o processo de urbanização começou a abrir portas para elas na atuação em novas perspectivas de trabalho (RAGO,2012). O conservadorismo na sociedade mesmo que no contexto da modernização, era forte tanto entre os ricos e pobres como no meio urbano e rural.

1.2.2 Empregos, oportunidades e profissões

Quanto aos empregos que eram oferecidos a mulher no mercado de trabalho, é curioso notar como as construções sociais do papel feminino influenciaram quanto a oferta de vagas. Acreditava-se que certas ocupações deveriam ser oferecidas e ocupadas por mulheres por se tratarem de atividades femininas, por que já eram realizadas por elas em âmbito privado. Como se as profissões partissem do princípio da divisão sexual.

Direcionadas a gestão do capital simbólico das famílias as mulheres são logicamente levadas a transportar esse papel para dentro da empresa, onde lhes pede quase sempre para coordenar as atividades de apresentação e representação de recepção e acolhida (aeromoça, recepcionista anfitriã, guia

turística, atendente, recepcionista de congresso, acompanhante etc.) E também a gestão de grandes rituais burocráticos que tais como os rituais domésticos, contribuem para manutenção e aumento do capital social de relações e do capital simbólico das empresas. (BOURDIEU 2014).

As atividades exercidas no contexto do lar, muitas vezes tenderam a se estender para esfera pública quando houve a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Ou seja, mesmo que a mulher trabalhasse fora, as oportunidades que lhes eram oferecidas, reforçam a ideia de divisão sexual do trabalho, acreditava-se que havia trabalho de homem e trabalho de mulher.

Só recentemente as mulheres passaram a exercer profissões, que durante muito tempo houve uma dominância masculina. Por conta disso, ainda causa muita estranheza pela maior parte das pessoas, ver uma mulher realizando trabalhos, por exemplo, na construção civil, como motoristas de transporte público, de caminhões e inúmeras profissões entendidas tradicionalmente como de domínio masculino.

Outro fator interessante relacionado às profissões, é que quando um homem resolve assumir profissões que eram na maioria das vezes realizadas por mulheres, como o caso de trabalhos voltados à cozinha por exemplo, estes eram mais valorizados e ganhavam inclusive status maior como de “chefes de cozinha”. Fica claro que em algumas situações mesmo exercendo a mesma tarefa que as mulheres, os homens ganham mais prestígio, porém o contrário não acontece.

A mulher é quase que despercebida como fato comprovado por diversas pesquisas, como consequência da mecanização e da automação sobre as relações sociais entre homens e mulheres. Em sociedades capitalistas, esta é uma das temáticas em que a hierarquia de gênero mais fortemente se expressa. Os trabalhos realizados pelos homens rendem mais (em dinheiro) são mais valorizados pela sociedade (prestígio), são restritos a jornada de trabalho remunerada, entre outros aspectos da supremacia do trabalho masculino inserido no mercado de trabalho. O trabalho feminino, que se concentra claramente da “produção e reprodução dos seres humanos”, vale menos (em termos materiais em criar e vender objetos e serviços). (CRUZ,2012).

1.2.3 Trabalho duplo

Mesmo que tenham ganhado espaço na esfera pública através do mundo do trabalho remunerado, às atividades domésticas não deixaram de ser cumpridas pelas mulheres, pelo contrário, essas tarefas acabaram se adequando ao novo

contexto profissional, e passaram a ser feitas em paralelo as suas atividades profissionais, tendo elas uma dupla jornada de trabalho.

As razões dessa premência da atribuição do trabalho doméstico as mulheres, mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje, continua sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/gênero. E o que é mais espantoso é a maneira como as mulheres, mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico continuam a se incumbir do essencial desse trabalho, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas plenamente conscientes dessa desigualdade. (HIRATA, KERGOAT, 2007).

Para suprir à necessidade da família, a contribuição da esposa ocorre através do trabalho doméstico produtor dos valores de uso e de atividade profissional remunerada no mercado formal ou informal do trabalho (BEZERRA, 2012), pois ainda há embutidas nas relações familiares, heranças das funções que foram construídas historicamente.

A produção de valor de uso pelas esposas como lavar, passar, preparar o alimento, cuidar de filho e arrumar a casa é fundamental para assegurar certo bem-estar e a reposição da força de trabalho despendida pelo trabalhador no processo de produção, e a partir dessa dependência entre produção e a economia doméstica que é estruturado o grupo familiar (BEZERRA, 2012).

O trabalho doméstico apesar de tão importante quanto o trabalho remunerado sempre foi muito desvalorizado, muitas vezes as atividades realizadas no âmbito doméstico-familiar só são notadas quando não cumpridas. (OLIVEIRA, 2014). Muitas mulheres se desdobram para conseguir dar conta de tantas atividades o que acaba as sobrecarregando.

A nossa sociedade considera trabalho uma atividade que gere renda, que possua valor mercantil. Os fatores econômicos são geralmente privilegiados nas explicações sociológicas sobre trabalho, sinalizando sobre para a necessidade de articulação entre a esfera de produção econômica (o trabalho remunerado) e a esfera da reprodução (a família). Mesmo quando há a colaboração de parceiros e outros homens da família, a responsabilidade maior continua sendo das mulheres. Estas por sua vez, ampliaram suas atividades para o sustento dos seus tendo que dar conta do excesso de atividades diárias, pela sua sobrevivência e de suas famílias. (OLIVEIRA, 2014).

As relações estabelecidas em âmbito privado foram bastante afetadas por fatores econômicos, e o trabalho remunerado aparece como importante e influente elemento, em se tratando de proporcionar mudanças na estrutura de poder em várias esferas da sociedade. Maria Helena Cruz (2012), alerta que, enquanto a atribuição das responsabilidades domésticas e familiares continuar a recair sobre a mulher e, o modelo de “conciliação” entre vida profissional e vida familiar for pertinente exclusivamente para as mulheres, as bases em que se sustenta a divisão sexual do trabalho não parecem estar ameaçadas nos seus fundamentos. Dessa forma devemos entender que a igualdade entre gêneros para ser alcançada, deve acontecer tanto nas relações que são mantidas em âmbito privado quanto fora dele.

A entrada da mulher na força de trabalho remunerado e suas conquistas profissionais abalaram o poder masculino como único provedor da família, concedendo a mulher maior poder de barganha. Sendo assim as análises mais recentes sobre o tema da família apresentam uma mudança nos papéis familiares, e a mola propulsora dessa mudança está na maior inserção das mulheres no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 2014).

Com a mulher em evidencia, novos cenários sociais e familiares se desenvolvem e se apresentam na sociedade, as mulheres chefes de família são colocadas no centro das discursões no capítulo seguinte, por serem elas conduzidas a essa posição como um resultado dos processos de mudanças importantes.

Toda essa discussão feita é necessária para contextualizar e melhor compreender como as mudanças no cenário econômico propiciaram as mulheres, ganho em autonomia e poder, para superar os discursos que tinham como objetivo lhes aprisionar e desencorajar a tomada de posições inclusive na família.

2. MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA

Os lares onde a mulher é a principal responsável por garantir os meios de sobrevivência, tem autoridade máxima quando das decisões que são tomadas na família e por vezes sobre os demais membros da estrutura familiar, são cada vez mais numerosos como mostram as estatísticas.

De acordo com o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, das 50 milhões de famílias (únicas e conviventes principais) do país, 37,3% tinham a mulher como principal responsável pelo domicílio. Fazendo uma comparação com o ano 2000 onde as mulheres comandavam cerca 24,9% dos 44,8 milhões de domicílios brasileiros tem-se, nos resultados revelados pelas estatísticas, um aumento de 13,7% de mulheres nessa condição. Os dados também revelam, que é nas famílias formadas por responsável sem cônjuge e com filhos, que as mulheres representam a maioria, o percentual chega a 87,4%.

O critério utilizado pelo IBGE para definir quem é o responsável pela família, é o de que essa pessoa seja reconhecida como tal pelos demais membros do domicílio, mais a questão de mulheres chefiando famílias vai muito além de dados quantitativos como mostram as estatísticas, outros assuntos estão envolvidos a essa situação e mostram como a mulher passou a assumir esse papel na família.

Nota-se que na estrutura familiar a mulher veio acumulando diversos papéis sociais. Na atualidade, ela ocupa o papel de mãe- a que cuida e educa - e de chefe de família, ou seja, é a responsável por prover o sustento. Embora os estudos de mulheres chefes de família sejam recentes, esse não é um fato tão novo no Brasil. (MOURA, LOPES e SILVEIRA,2016).

Com a mulher ocupando a posição de chefe nos arranjos familiares, percebe-se que estrutura baseada no patriarcalismo vai sendo cada vez mais afetada e menos numerosa em meio a população.

2.1 A família e seus novos arranjos

As alterações econômicas ocorridas no Brasil no decorrer da história, tiveram muitos reflexos e provocaram muitas mudanças nas configurações familiares, e uma vez que a sociedade se transforma, as estruturas sociais acabam seguindo o mesmo caminho e como coloca Friedrich Engels em suas observações sobre a origem da família:

A família terá que progredir na medida em que a sociedade progride, que terá de mudar na medida em que a sociedade se modifica, exatamente como aconteceu no passado. A família é produto do sistema social e refletirá sua cultura. Como a família monogâmica se aperfeiçoou consideravelmente desde o começo da civilização e, de maneira realmente notável nos tempos modernos, é lícito pelo menos supor que seja capaz de continuar seu aperfeiçoamento até que a igualdade entre os dois sexos seja atingida. (ENGELS,2009, pag. 81).

O modelo patriarcal vigorou por bastante tempo em nosso país, e por um longo período foi a base e se consolidou como padrão na sociedade. Sua força foi se perdendo desde que o país passou a funcionar seguindo a lógica do modelo econômico capitalista, isso contribuiu para que as novas formas de arranjos familiares surgissem e mudassem o cenário social que já não se adequava ao modelo clássico e conservador. Lembrando que:

A desorganização da família patriarcal, entretanto não se processou uniformemente em todo país. Ainda nos dias atuais a organização familiar brasileira preenche toda uma gama que vai desde a família semipatriarcal até a família conjugal moderna, A medida que a família foi variavelmente e segundo a dinamização da ordem econômica, perdendo suas bases patriarcais decresceu a prepotência de seu chefe em consequência da sua perda de parcela das funções políticas e econômicas anteriormente desenhadas. Obviamente, ele continua o chefe da família, exercendo autoridade sobre a mulher e a geração imatura. A legitimação de sua autoridade, porem vai cada vez mais deixando de fazer-se em nome meramente de sua capacidade de homem e da tradição, desnudando-se, assim, como elemento fundamental de autoridade sua qualidade de ganha pão do grupo familiar. (SAFFIOT,2013).

Compreender que existe uma multiplicidade de organizações familiares, é necessário para abstrair a ideia de que exista apenas um modelo único e universal de

família, tomar um tipo de estrutura como padrão de certa forma faz entender que os modelos diferentes estejam errados, o que não é verdade, pois o que deve se ter em mente é que:

A ideia de família não deve ser pensada a partir de um modelo único e universal, visto que compreendê-la como estrutura fixa e não como processo acabou provocando interpretações escorregadias a respeito do ambiente familiar que se mostra muito mais complexo e diversificado do que os modelos estereotipados a ele associado. (MENDES,2005).

As famílias que fugiam aos moldes tradicionais e clássicos estabelecidos na sociedade brasileira no passado, emergiam geralmente das camadas mais pobres da sociedade, o que não diverge muito dos dias atuais. Segundo Ana Maria Goldani (1994) as explicações mais comuns para mudanças nas estruturas familiares nos anos 80, sobressai a crescente e marcante presença das mulheres nos espaços públicos, que segundo ela vem acompanhado de discussões sobre feminismo, trabalho, desigualdade e direitos da mulher. É notável que os ganhos em autonomia fruto da luta das mulheres por mais direitos influenciaram diretamente no seio familiar.

Os novos arranjos apresentam muitas peculiaridades, entre elas posso destacar a chefia familiar feminina e a chefia compartilhada. Esta última surge quando as esposas e os filhos passam a participar de forma mais ativa no mercado de trabalho e na renda monetária familiar, e dessa forma passam a compartilhar com o chefe as responsabilidades de manutenção da família e promovem uma redefinição nos padrões de hierarquia e sociabilidade (GOLDANI,1994). Ainda referente a chefia compartilhada, pesquisas mostram que quando o grupo familiar possui vários núcleos, a chefia varia em número de pessoas que assumem essa posição, fugindo assim ao tradicional, o que Carvalho (1998) chama de famílias multinucleadas com ausência de simetria.

A autonomia econômica dos outros membros do domicílio contribuiu para diminuição da importância do pai como figura econômica central (CARVALHO,1998), dessa forma a hierarquia mantida em âmbito privado sofre mudanças importantes, e é inclusive um dos fatores que dão origem a um outro fenômeno bem recorrente na sociedade atual, e que darei destaque aqui, que são os domicílios em que as mulheres são chefes de família.

Antes de dá prosseguimento ao tema, é sabido que mesmo com toda essa multiplicidade de modelos familiares presentes na sociedade, o modelo clássico de família patriarcal não desapareceu completamente, e para uma parcela da população este ainda é considerado o modelo que deve servir de espelho para as demais.

As formas utilizadas para manter na cabeça das pessoas essa ideia conservadora propagada por alguns, são diversas. Inclusive no ano de 2011, vinculou-se em canais de TV aberta uma propaganda de autoria do partido político social cristão (PSC), que defendia a família tradicional como modelo que deve ser seguido pela população, a formação dessa família segundo essa propaganda, era composta inicialmente pela figura do homem, seguido da mulher e os filhos. Porém tal mídia foi alvo de muitas críticas, pois em se tratando da população brasileira esse modelo é apenas um entre outros muitos outros presentes na sociedade que não deixam ser família mesmo não se encaixando no que foi vinculado.

2.2. Explicando a chefia feminina

A mudança de gênero na manutenção família é frequente, mulher chefe de família é uma condição recheada de particularidades bem identificáveis, mais extraordinariamente diversificadas na sua ocorrência e implicações. (SCOTT, P. 2002). Cabe também ao entender chefia feminina, lembrar que atualmente, essa é uma situação vivenciada por mulheres pertencentes a diferentes classes sociais e, especial àquelas residentes nos grandes centros urbanos. (MACEDO, 2008).

Segundo Carvalho (1998) a preocupação recente com a questão da chefia feminina tem três aspectos centrais, o primeiro devido ao fenômeno ser crescente na América Latina; o segundo por que ele cresce principalmente entre os grupos mais empobrecidos e terceiro por ele ter se revelado uma vulnerabilidade particular aos contextos de recessão econômica e implantação de programas de ajustes econômicos.

A ideia de chefia reafirma a autoridade de um indivíduo da família sobre os demais, ou como afirma Perry Scott (2002), singulariza, separa e retifica diferenças de poder, de modo que, quando evocado o título de chefe, há um reforço de autoridade sobre os outros indivíduos pertencentes a família. Tal titularidade teve ocupada por

longos períodos da história, como já colocado neste trabalho, pelos homens, que pautados em artifícios como das construções sociais se viram sempre como o grande provedor responsável por garantir a sobrevivência da família.

A observação de sociedades com diversos níveis de complexidades ensina que é a aparência de um setor público e de figuras religiosas diferenciadas que favorece a efetivação de uma ideia de diferenciação de um “chefe” cuja atuação permita que perdure como hierarquicamente superior aos outros. Assim, a designação de “chefia” – seja da família ou de uma organização social maior, é um ato que promove a noção de uma desigualdade duradoura e que esconde a complementaridade que continue sempre a coexistir com a chafia. (SCOTT, 2002).

Nessa desigualdade apontada por Scott nas relações familiares onde a chafia é exercida, a mulher esteve por vezes em posição de obediência a chafia masculina. Por isso quando as mulheres assumem a posição de chefe mesmo que seja algo recorrente na contemporaneidade, historicamente isso ainda se configura como algo atípico.

O fenômeno da chafia de domicílios por mulheres constitui uma nova realidade, como insistem em afirmar as assustadas e preocupadas manchetes de jornais e os programas de televisão. Certamente, porem sua existência tem sido ocultada por um retrato uniforme das formas de organização familiar no Brasil, favorecido durante muito tempo, pela universalização do protótipo da família conjugal nuclear. (MACEDO, 2008).

Antes que se fale de forma mais efetiva sobre a chafia feminina suas justificativas, causas e implicações, importante atentar para algumas questões como, por exemplo, não confundir estudos sobre chafia feminina com estudos sobre a matrifocalidade como ressalta Carvalho (1998).

O conceito de chafia não significa necessariamente uma centralidade cultural estrutural ou afetiva da mãe ou esposa. [...] Apesar de ambos estarem relacionados geralmente, a ausência masculina, a matrifocalidade tem como centralidade o poder feminino sobre o grupo doméstico o que não necessariamente acontece nos casos de chafia feminina. (CARVALHO, 1998).

É preciso estar atento também para conhecer as condições em que a chafia feminina se apresenta; saber se a presença ou não da figura masculina, é algo que deve ser considerado quando feitas as análises sobre o tema, é algo importante, assim

como entender os elementos relacionados a chefia do lar, como por exemplo considerar a provisão econômica ou somente a autoridade na família.

Uma das situações em que a chefia feminina tende a aparecer é quando há ausência de um parceiro no domicílio, porém há casos específicos onde ela ocorre mesmo com a presença do companheiro ou marido. Essas se apresentam como situações difíceis de serem percebidas, uma vez que a tradição de relacionar a figura masculina como chefe acaba mascarando as relações de gênero e poder nesse espaço e nesses tipos de situações.

Estudos apontam que o termo de chefia feminina surge tradicionalmente como uma negação do padrão dominante que é a chefia masculina. (MENDES,2005 CARVALHO,1998) por isso muitas vezes as mulheres só se entendem como chefes de família quando há ausência do parceiro. Em outros casos já é possível observar que mesmo com a presença masculina, a chefia vai depender de quem contribui de forma mais efetiva na renda familiar, os casos e situações são variadas e as causas para que a chefia feminina na família ocorra também.

As justificativas apontadas para que a chefia feminina ocorra e seja algo tão frequente na sociedade atual, estão associados a alguns fatores na qual podemos destacar; os processos de urbanização, a participação feminina no mercado de trabalho, o enfraquecimento do patriarcalismo, o aumento das separações, viuvez, mães solteiras, migração masculina temporária e aumento da pobreza no contexto familiar.

De certa maneira todos esses aspectos estão interligados e proporcionam a mulher condições para assumirem a função de chefe. Os processos de urbanização e a participação da mulher no mercado de trabalho por exemplo, entre muitas coisas levaram a modernização das relações familiares e conseqüentemente o enfraquecimento do patriarcalismo. Os significados para ocorrência da chefia feminina são variados. Como destaca Woortmann partilhando das ideias de Berquó.

Uma chefia feminina tem vários significados, uma mulher solteira, separada ou viúva, com filhos tendo ou não parentes e /ou agregados em casa; mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou [por que] já faleceram, tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo no domicílio; mulher solteira, separada ou viúva, morando sozinha ou mulher casada chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa. (BERQUÓ, 2001 *apud* WOORTMANN, 2002).

Como podemos perceber discutir a chefia feminina não é tarefa das mais simples, apesar dessa questão oferecer um leque de possibilidades, ela requer também cuidados quando das análises a serem feitas, cada contexto em que a chefia se apresenta é um universo diferente e rico em conteúdo para pesquisa. A monoparentalidade, por exemplo é uma das questões que está diretamente ligada a chefia feminina.

2.2.1. A monoparentalidade

As famílias monoparentais são baseadas em um modelo familiar onde apenas um dos pais arca com a responsabilidade de criar os filhos. Esse arranjo é inclusive reconhecido pela Constituição Federal de 1988 quando em seu artigo 226 parágrafo 4º (onde trata sobre os diretos da família, da criança, do adolescente e do idoso) se entende também como família, a comunidade que é formada por qualquer um dos pais e seus descendentes. É na maioria das vezes o modelo familiar onde a chefia feminina é mais presente.

De acordo com Goldani (1994), a fragmentação do modelo casal com filhos e a crescente importância do modelo monoparental onde predominam mulheres sem cônjuge com filhos, responde pela diversificação dos arranjos familiares. Os motivos que levam a ocorrência da monoparentalidade, principalmente feminina, são diversos como poderemos destacar.

A conquista de independência financeira, adquirida através do trabalho remunerado pelas mulheres, é uma das condições que favorecem a ocorrência da monoparentalidade feminina na sociedade. Explicando essa afirmação é possível dizer que estando as mulheres inseridas no mercado de trabalho, com empregos que lhes garantem financeiramente autonomia, muitas não se veem mais obrigadas a permanecer em relacionamentos abusivos nem presas a compromissos na qual estejam insatisfeitas.

No passado era muito comum que a dependência de um companheiro por motivos de garantia de sobrevivência fizesse com que muitas mulheres “escolhessem” permanecer casadas, algo que é um pouco mais difícil acontecer hoje em dia, o que não quer dizer, que seja impossível encontrar situações que ainda sigam essa lógica, pois as transformações são recentes.

A monoparentalidade pode estar relacionada a separação e divórcio, como também pode ser alistada pela vontade do próprio indivíduo de assumir a paternidade e maternidade sozinho ou em alguns outros casos por morte ou abandono do parceiro.

O seguinte trabalho já abordou que mulheres por muito tempo estiveram a sombra de uma figura masculina, dessa forma assumir a criação dos filhos sozinha, e garantir a sobrevivência da família não é tarefa simples e nem das mais fáceis mais que é encarada por muitas com muita coragem.

Mesmo que a emancipação feminina tenha ocorrido e permitido que as mulheres não dependessem e nem se vissem mais obrigadas a aguentar relacionamentos abusivos, o que muitas vezes acontecia quando ocorria uma separação por exemplo, eram preconceitos para com as divorciadas. Durante algum tempo na sociedade brasileira as mulheres separadas eram malvistas e sofriam preconceito por serem sozinhas (sem marido), muitos viam na mulher sozinha uma vulnerabilidade e uma incapacidade da mesma de cumprir as funções com o trabalho e a família, ou mesmo com dó quando alguma não conseguia um casamento. As situações que as mulheres nessa condição enfrentavam eram bem embaraçosas.

O medo dos pré-julgamentos da sociedade no passado, também é um fator que fez com que muitas mulheres suportassem e vivessem sobre a máscara de um bom relacionamento quando na verdade no âmbito privado suportavam situações de dominação extrema. Como se a condição de subordinação ainda fosse vista como natural ou como aponta Bourdieu como *habitus*, responsável pela produção e reprodução das práticas e experiências de homens e mulheres, atuando como um tipo de memória social onde o passado é ressignificado no presente acontecendo de forma inconsciente.

Muitas coisas mudaram em relação à situação da mulher, outras nem tanto, alguns pensamentos permanecem vivos, em alguns casos há uma tomada de consciência e uma vontade de mudança. E isso ficou evidente nas entrevistas realizadas por mim e que será descrita no capítulo seguinte.

3. SER OU NÃO SER CHEF “A”

As reflexões feitas nesse capítulo são referentes às entrevistas realizadas com as funcionárias da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, campus Paulo VI, localizado em São Luís. Por perceber que boa parte do quadro de funcionários dessa instituição é composto por mulheres; e tendo em vista que minha pesquisa tem como objetos centrais “mulher e trabalho”, a UEMA se mostrou um campo fértil para desenvolvimento deste estudo. A universidade apresenta, também, variações quanto a fatores como: idade, níveis de escolaridade, renda e histórias de vida enriquecedoras à pesquisa.

Através das entrevistas busquei conhecer o entendimento que cada mulher participante da pesquisa tem sobre chefia familiar. Quis conhecer também os fatores responsáveis por conduzi-las a posição de chefe de família (caso se entendesse como tal) e, sobretudo identificar qual a influência do trabalho assalariado nas relações, principalmente na esfera privada.

A pesquisa de caráter qualitativo teve como instrumento de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas afim de não seguir um roteiro engessado, tendo somente algumas perguntas predefinidas para servir como diretrizes para o diálogo. A História de vida foi o método escolhido para tanto, pautando-se na Historia Oral. Sobre os relatos que serão apresentados aqui no decorrer desse capítulo, alerto que usei nomes fictícios com a intenção de preservar a identidade real das funcionárias entrevistadas.

De um modo geral, o grupo entrevistado é composto por 6 mulheres profissionais, na faixa etária de 30 a 62 anos de idade e cujo nível de escolaridade está entre superior completo (5), e ensino médio completo (1).

Em relação ao pertencimento étnico-racial, duas mulheres se consideram brancas, duas negras e duas pardas.

No que tange o número de filhos das entrevistadas, duas dessas mulheres tiveram 2 filhos, duas tiveram 1 filho, uma teve 4 filhos e apenas uma não tem filhos.

Em termos de condições socioeconômicas há quem receba um salário mínimo (1), enquanto outras ganham entre dois e três salários mínimos (2) e as que recebem mais que três salários mínimos (3).

A situação conjugal é dividida entre casadas e divorciadas, ressaltando que apenas uma disse ser solteira por nunca ter casado no cartório e nem religioso, ainda

que tenha mantido por alguns anos uma relação com um companheiro, o que caracteriza uma união estável. Em relação a situação conjugal esclareço que optei por fazer entrevistas com mulheres casadas e divorciadas por entender que a chefia familiar feminina pode ser notada independentemente da situação conjugal em que a mulher esteja, dessa forma apresento a divisão que ficou da seguinte maneira; divorciadas (3), seguida das casadas (2) e uma solteira (1).

Para facilitar o entendimento das características gerais do grupo entrevistado, elaborei um quadro com todas os pontos já descritos acima, para melhor visualização.

Tabela 1: Perfil das Funcionárias Entrevistadas

Nome	Idade	Nível de escolaridade	Pertencimento étnico-racial	Número de filhos	Renda	Estado civil
Maria	62	Superior	Parda	2	Mais que 3 salários mínimos	Divorciada
Antônia	59	Ensino médio	Negra	4	Entre 2 e 3 salários mínimos	Divorciada
Solange	42	Superior	Branca	1	Mais que 3 salários mínimos	Divorciada
Luiza	39	Superior	Branca	2	Mais que 3 salários mínimos	Casada
Vanessa	38	Superior	Parda	1	Um salário mínimo	Solteira
Ana	31	Superior	Negra	-	Entre 2 e 3 salários mínimos	Casada

Fonte: Pinho, 2018.

Os dados coletados durante a pesquisa se mostraram interessantes e revelaram uma variedade de trajetórias de vida que foram sendo contadas à medida que eram entrevistadas, e de acordo com aquilo que foi relatado, pude fazer as análises que serão apresentadas adiante.

3.1 Das trajetórias de vida e entendimento sobre chefia familiar.

Um das primeiras mulheres com quem conversei foi a Maria. Natural da cidade de Grajaú no Maranhão, ela conta que já se casou por duas vezes. A primeira vez casou com cerca de 26 anos e teve que ir morar na cidade de São Paulo. A mudança aconteceu para acompanhar o marido que havia conseguido um bom emprego por lá. Passados três anos de união, ela conta que relação sofreu alguns desgastes e culminou na separação do casal.

Após um ano do fim desse relacionamento, ela resolve voltar para Grajaú-MA, e nesse retorno reencontra um primo seu, por quem, segundo ela, *“sempre foi apaixonada”*. Maria conta que eles passaram a se relacionar e decidiram depois de um tempo casar e morar juntos. Fruto dessa segunda união nasceram os seus dois filhos (dois meninos). No entanto, segundo ela devido a traições (da parte dele), o relacionamento depois de muito sofrimento chegou ao fim.

Após o término e com dois filhos para criar, ela conta que sentiu a necessidade de retomar os estudos e fazer um curso de nível superior afim de *“arrumar um bom emprego”*.

Concluindo o curso de pedagogia, ela novamente mudou de cidade, dessa vez para Imperatriz- MA. Como tinha alguns parentes por lá conseguiu ajuda para arrumar um trabalho e assim garantir o sustento da casa. Nessa época ela diz que *“sentia grande preocupação sempre que ia trabalhar porque precisava deixar os filhos pequenos em casa sozinhos”*, uma vez que não tinha quem cuidasse deles em sua ausência, nem mesmo podia contar com os familiares, pois estes já tinham suas ocupações. O pai por sua vez após a separação se tornou figura ausente na vida dos filhos e sequer, de acordo com Maria, ajudava financeiramente. Passados alguns anos em Imperatriz-MA, ela presta concurso para UEMA, e obtendo aprovação muda-se para São Luís com os filhos onde permanece até hoje.

Questionada sobre que entendimento ela tem sobre chefia familiar ela responde:

Chefia familiar pra mim é dá educação, sustento é tudo. É ter recursos financeiros e emocionais. Você tem que arcar com as finanças, como você vai educar, com a saúde. (Maria,2018).

Desde a sua segunda separação (a do pai de seus filhos), ela passou a se ver como principal responsável pela família, ou seja, ela sozinha tinha que prover o sustento, garantir educação e como ela mesmo disse por “tudo”. No caso de Maria identifiquei que um dos principais fatores responsáveis por a conduzir a chefia familiar foi sobretudo a ausência do companheiro, que se deu pós a separação. Noto que quando a questiono se ela se considera uma chefe de família? Ela responde sem nem ao menos pensar, e com muita certeza que sim. “Eu sempre fui chefe de família, fui pai e mãe dos meus filhos” (Maria, 2018).

A responsabilidade para com a criação e educação dos filhos e os proventos financeiros para arcar com as despesas da casa principalmente quando há ausência do parceiro nesse processo, ficou evidente não só não só na história de vida de Maria, como na Antônia, outra entrevistada do grupo.

Mãe de quatro filhos, Antônia teve, no passado, *uma vida difícil* como ela mesma diz. De família pobre da Baixada Maranhense, muito jovem se casou, quando tinha por volta de 16 anos de idade e ainda estava na escola. O motivo de tão cedo ter acontecido o enlace foi a gravidez, que curiosamente ela conta ter sido descoberta pelo “povo”.

Quando eu fiquei grávida pela primeira vez eu nem sabia, o povo que descobriu na rua. A minha colega disse: Antônia tu tá grávida! E eu ainda dizia assim: tu tá é louca que grávida que eu tô. (Antônia,2018).

Antônia justifica sua ingenuidade em relação à gravidez na época, dizendo que sua avó a qual atribui sua criação, não lhe ensinava nada.

Eu tive quatro filhos sem saber nada, eu acabava de parir um filho dois meses depois tava grávida de novo, não sabia de nada, não tinha experiência de nada, minha vó que me criou não me falava nada. (Antonia,2018).

Após 8 anos de casamento com o pai de seus 4 filhos, o relacionamento de Antônia teve fim. Após a separação ela conta que veio para São Luís e trouxe consigo os filhos, a intenção dessa mudança era encontrar um emprego para que ela pudesse sustentar as crianças. Em relação ao companheiro (pai dos filhos dela), a história de Antônia não diverge da anterior, a separação também resultou na ausência do companheiro que se manteve distante, não contribuindo em nada para criação dos

filhos; *“depois que fui embora, ele nunca procurou saber dos meninos”* (Antonia,2018). Dessa forma a responsabilidade de cuidar dos filhos e da família ficou a cargo somente dela.

Morando em São Luís, Antônia consegue um emprego para trabalhar como auxiliar administrativo na UEMA, ela conta que durante uma época chegou até iniciar um curso superior mais com a necessidade de trabalhar e cuidar dos 4 filhos e de 2 netos era muito difícil arrumar tempo para se dedicar a graduação, e isso fez com que ela abandonasse o curso. Sobre os dois netos ela revela que sua filha (mais velha) os deixou para ela criar e segundo Antônia: *“sumiu no mundo”*, retornando recentemente, depois de todos dois já crescidos.

O relato sobre o entendimento que Antônia tem sobre chefia familiar e sobre ser ou não chefe de família, ressalta os vários papéis que ela teve que assumir durante boa parte de sua vida, entre eles estão o de mãe, pai e avó como ela mesma destaca.

Pode-se dizer que fui chefe a minha vida toda. Sempre fui eu, eu e eu. Eu que arco com as despesas de tudo, sou pai, mãe, avó e tudo. Não tem outra pessoa na minha casa. Sou eu que decido, eu que pago. (Antonia,2018).

O contexto em que ela passa a se entender como chefe de sua casa e de sua família, acontece quando ela toma para si a responsabilidade com seus filhos que passam a depender unicamente dela para garantir seus meios de sobrevivência, educação e cuidados.

É na maioria das vezes em situações semelhantes à história de Antônia, onde as mulheres se veem sozinhas e responsáveis por prover as necessidades da família, que a chefia familiar feminina aparece, por isso que facilmente esta é associada a monoparentalidade, o que tem sido cada vez mais frequente como já abordado anteriormente no trabalho. É notável nesse caso também, que não houve um planejamento familiar, o que quero dizer é que não houve uma preparação para os acontecimentos, como por exemplo o momento para o nascimento dos filhos, o casamento, ou seja, as coisas foram *“naturalmente”* acontecendo. Hipoteticamente isso pode estar associado a uma época em que a maioria das mulheres eram criadas para o casamento e não para colocar os estudos em primeiro lugar como atualmente

se ver. Essa tomada de consciência de fazer suas próprias escolhas no tempo que desejam é algo mais recente principalmente na vida das mulheres.

Na história de Solange, por exemplo, diferente da anterior, percebo que o planejamento foi algo presente. Acontecimentos com o casamento e a gravidez, só aconteceram após ela concluir seu curso superior e depois dela estar trabalhando, como ela mesma contou: “Eu me organizei toda, comprei meu apartamento, e já trabalhava aqui na UEMA”. (Solange,2018).

Porém, toda organização e planejamento não é garantia que o casamento não acabará, e o de Solange teve seu fim. A estabilidade construída foi o que lhe tranquilizou após a separação. Vinda de uma família tradicional no sentido da formação (pai e mãe casados) e sendo filha única, diante da separação e com uma filha pequena para criar, Solange decide retornar à casa dos pais, pois assim poderia contar com um suporte no cuidado com a filha.

Um dos grandes desafios da separação segundo ela, não está ligado a questão financeira, uma vez que ela já tinha uma vida estável, mais sim a administração do seu tempo e das emoções. O contato do pai com a criança desde a separação de acordo Solange, só acontece em momentos pontuais como aniversário, natal, dia das crianças, ou seja, datas festivas. De forma financeira o pai repassava cerca 200 R\$ mensais para suprir as necessidades da filha, mas essa ajuda durou pouco tempo, e ele passou a não mais contribuir.

Em relação a tudo que passou ela diz o seguinte: “é doloroso, mas não difícil”. Isso por que as responsabilidades para com um filho segundo ela são muitas e não contar com um parceiro é doloroso, no entanto tendo o apoio de terceiros (pai, mãe) não é difícil.

A chefia familiar ao entendimento dela diz respeito não só as questões financeiras:

Eu acredito que chefia familiar é administração das atividades cotidianas, ela perpassa para outras questões. Não é só a parte financeira, o que eu quero te dizer é que você tem que administrar a parte emocional, a parte financeira né!? a parte espiritual. Administrar vários seguimentos da vida mesmo. (Solange,2018).

A história de Solange apresenta também uma situação bem interessante à pesquisa, e está relacionada ao convívio de gerações no mesmo domicílio

evidenciando a questão entre chefia e autoridade. Quando perguntada se era uma chefe de família ela diz:

Eu sou uma chefe de família. Eu administro tanto a minha vida como a vida da minha filha e dos meus pais. (Solange,2018).

Porém quando questionada sobre quem era a maior autoridade dentro de sua casa ela responde:

Ah! A maior autoridade é a minha mãe, por que ela que bate o martelo. Se ela disser; não faz. Ninguém faz. Quando eu me divorciei que voltei para casa, quando você volta pra casa... você tá fragilizada. Então você tá na sua casa, ajuda nas despesas, a administrar os problemas, mas existe uma hierarquia que é maior que você. (Solange,2018)

Percebo que as relações estabelecidas em esfera privada perpassam mais que somente a relação que envolve gêneros, pois há também as relações geracionais. Estas podem ser percebidas principalmente em organizações familiares que possuem diversos núcleos como nesse caso em especial.

Quando se trata de organizações familiar que possui diversos núcleos e diferentes gerações coabitando num mesmo domicílio a chefia domiciliar pode fugir ao tradicional, tanto em relação ao encarregado da chefia familiar, como em relação ao número de chefes dessa organização. (Mendes, 2002)

Segundo Goldani (1994) os princípios de autoridade do homem sobre a mulher, dos mais velhos sobre os mais novos permanecem vigentes, ainda que relativizados pelo desenvolvimento das instituições públicas e sociais. A hierarquia que é criada nas relações entre filhos e pais, é muito forte e como pude perceber nesse caso que se revelou com a pesquisa é uma autoridade que vai além da posição de chefe na família, pois mesmo com todas as atribuições e funções apontadas pela entrevistada em questão quando do seu entendimento sobre a chefia familiar, a hierarquia estabelecida entre pais e filhos é tida como mais forte.

Voltando a questão do planejamento familiar percebo que ele fica claro também no caso de Luiza. De família classe média alta da cidade de Recife- PE, ela sempre estudou em escolas particulares, e assim que terminou o ensino médio

conseguiu aprovação no primeiro vestibular que fez. Após concluir a graduação, rapidamente ingressou no mestrado, e foi durante esse período mais ou menos com 23 anos que casou. Com o então marido teve dois filhos, e tendo boa condição financeira teve como pagar profissionais para cuidar de seus filhos enquanto continuava prosseguindo nos estudos fazendo doutorado.

Com título de doutora prestou concurso para professor(a) na Universidade Estadual do Maranhão e obtendo aprovação mudou-se com o marido e filhos para São Luís. Luísa está casada a cerca de 16 anos e quando perguntada sobre seu entendimento sobre chefia familiar ela diz:

É a pessoa que banca financeiramente a família, e psicologicamente também. Eu acho que a casa é tipo uma cooperativa, cada um tem sua função dentro dela e o chefe que comanda tudo. (Luiza,2018).

No entanto quando questionada quem era o chefe da família em sua casa ela responde:

Na minha casa não tem chefe não. Eu não me considero uma chefe de família e nem meu marido. Algumas coisas eu decido e outras meu marido decide, mas quando é algo relacionado aos nossos filhos sempre conversamos e juntos decidimos o melhor. (Luiza,2018)

No caso de Luiza observo o que Mendes (2002), chama de chefia compartilhada, pouco é explorada em questão de estudo, porém é preciso levar em consideração que não há um modelo puro de chefia, como não há modelo único de família, de classe ou sociedade.

Muitas mulheres buscam a igualdade de gêneros, e a chefia compartilhada é um bom exemplo de como isso pode ser adotado nas relações em âmbito privado. Quando há igualdade de gênero em relação as decisões e responsabilidades com a casa e a família se estabelece uma simetria, onde não há um dominador e um dominado e sim uma relação de igualdade.

Nem todas as entrevistadas possuem a condição econômica que Luiza dispõe tão pouco estabeleceram relações com simetria e igualdade. Vanessa por exemplo, teve uma realidade bem diferente. Ela não se diz casada nem divorciada por que segundo fala da própria apenas *“juntou os panos”* com o pai de sua filha, com quem viveu por cerca de 10 anos e separou. Um dos motivos que culminou para o fim

do relacionamento, segundo Vanessa foram as brigas que ficaram constante após ela ingressar na universidade, e o fato dela ter começado a trabalhar também pesou.

Diversas vezes ele falava que nem a maioria dos homens, que faculdade não ia dá em nada, tipo querendo que eu só servisse a ele e ficasse só em casa. (Vanessa,2018)

Ao contar um pouco sobre o período que fazia faculdade lembrou do ensinamento de um professor da disciplina de sociologia que dizia que ao entrar na academia, pensamos de um modo, mas ao sair passamos a ver o mundo de outra maneira. Ao relatar isso ela completa: *“e realmente isso abriu muito o meu ver do que eu estava vivendo, da precisão ou não de estar com ele. Daí então foi que resolvi voltar pra casa da minha mãe”*.

A mãe de Vanessa é viúva. Ela recorda que quando seu pai era vivo tinha problema com álcool e não parava em nenhum emprego e, por conta disso, sua mãe sempre foi o centro de tudo em relação à família. Sobre chefia familiar ela diz o seguinte:

Eu acho que chefia familiar, não é só bancar as despesa e gastos, mas sim organizar, atribuir tarefas às pessoas da casa, saber direcionar direitinho o que tá certo e o que tá errado, o que é pra fazer e o que eu não é. (Vanessa,2018)

Após expor seu entendimento sobre o assunto, ela disse que apesar de não arcar com todas as despesas da casa sozinha como no caso da alimentação que ela julga ser muito importante, é ela que organiza e direciona as coisas em casa, já que sua mãe está idosa e na fala dela: *“vive deitada”*. Quando ainda estava morando com o pai de sua filha ela recorda que o chefe da família era ele e explica:

Não me considerava chefe de família na época por que só ele que arcava com as despesas da casa, meu sustento vinha dele, por que aquela história também, parece até um pouco machista, mas ele fazia a entender que ele que mandava. (Vanessa,2018)

A união de Vanessa com pai de sua filha foi marcada pelo machismo, e pela relação de poder do marido sobre ela, que só acabou a partir do momento que ela passou a olhar para si, mais precisamente quando voltou a estudar e arrumou um emprego.

No entanto, a pesquisa mostra que ter conhecimento acadêmico não faz desaparecer o pensamento conservador, tão pouco que isso é só observado em gerações passadas. Ana, a mais jovem em termos de idade do grupo entrevistado, já tem formação superior em dois cursos, é recém-casada, veio de uma família onde os pais são separados desde quando ela era muito pequena (cerca de dois anos), e tem sua mãe como maior referência. Em relação à família ela admite ter um pensamento machista e revela:

Minha família segue aquele pensamento tradicional, aquele que a mulher tem de organizar tudo em casa para o marido receber tudo bonitinho quando chegar. (Ana,2018)

Ana diz ter vindo de uma família muito religiosa, onde todos seguem à religião cristã evangélica, e frequentam constantemente a igreja, dessa forma considero que esse pensamento esteja relacionado a essa religiosidade tão presente em sua vida, o que evidencia que a influência da religião perante aos comportamentos que o homem e a mulher devem ter quando casados ainda é bem forte.

Hoje em dia ainda que casada, Ana mora com o marido na casa de sua mãe, e seu entendimento sobre chefia familiar é bem pautado na questão financeira.

Pra mim o chefe da família é aquele que contabiliza renda para família, e consegue administrar melhor as finanças da casa e da família. Quem ganha mais e consegue fazer mais pela família é que dá a palavra final nas decisões. (Ana,2018).

Em relação a sua família ela conta que não se considera chefe e justifica tomando mais uma vez como base a questão econômica.

Entrevistadora: Você se considera chefe de família?

Ana: Não, a meu ver não.

Entrevistadora: por quê?

Ana: por que eu não consigo tomar decisões financeiras, minha palavra não é a principal por conta dessa questão.

O entendimento não só de Ana, mas que a maioria das entrevistadas tem sobre chefia familiar está relacionada a questões financeiras, ou seja, para a maioria do grupo entrevistado é considerado o chefe da família aquele responsável por

garantir os meios de sobrevivência. Dessa forma de acordo com a pesquisa, o contexto em que as mulheres que se entendem e consideram chefes de família está relacionado muitas vezes ao divórcio e a responsabilidade com a criação dos filhos, pois uma vez que se veem sozinhas, principalmente em casos em que os filhos dependem exclusivamente da mãe, o senso provedor fica mais forte e assim a chefia familiar feminina se apresenta.

3.2 Da influência do trabalho

O trabalho assalariado como elemento que influi sobre as relações estabelecidas na esfera doméstica é presente na fala de todas as mulheres do grupo que foi entrevistado, este é considerado por todas de maior importância em suas vidas. E como no entendimento sobre chefia a maioria relatou que o chefe é aquele responsável por garantir o sustento, conclui-se que o trabalho é primordial para cumprir esse compromisso. Segundo Mendes (2005) o trabalho é um dos grandes responsáveis por mudanças demográficas e sociais

O crescimento da participação feminina no mercado brasileiro é apontado como uma das mais importantes mudanças que ocorreram no país desde os anos 70, estando essa relacionada a diversos fatores que inclui necessidades econômicas transformações demográficas, culturais e sociais. (MENDES, 2005).

A influência que o trabalho tem, está relacionada a independência que ele proporciona aos indivíduos, de acordo com Luíza uma das entrevistadas “*não depender de homem*” é uma das grandes conquistas que o trabalho traz vida das mulheres.

Quando meu marido fala: ah não vai comprar isso. Eu digo: eu não quero saber, eu recebo igual a você e vou comprar. Melhor coisa é não depender de homem (Luíza, 2018).

De acordo com Cruz (2012) a entrada da mulher na força de trabalho remunerado e suas conquistas profissionais abalaram o poder masculino como único provedor da família, concedendo a mulher maior poder de barganha.

Em alguns casos da pesquisa (Antônia e Vanessa) os respectivos companheiros eram contrários à ideia de suas parceiras arrumarem trabalho. No caso de Vanessa, por exemplo, o fato de ter conseguido um emprego foi um dos principais motivos para os conflitos e posteriormente a separação. Na maioria das vezes, a inserção das esposas de classes populares no mercado de trabalho provoca conflitos conjugais, pois o marido tende a seguir um padrão de autoridade e hierarquia (ZALUAR,1985 *apud* BEZERRA ,2012).

Observo também que por vezes, a renda adquirida pela mulher através do trabalho remunerado quando casada ou em união estável é entendida como uma ajuda ou até mesmo não é considerada para manutenção do domicílio. Como contou Vanessa, que durante o período em que arrumou um emprego e ainda estava morando com o então parceiro, a renda conseguida através de seu trabalho não somava as despesas da casa, era utilizada para uso próprio, uma vez que o companheiro arcava com todos os gastos referente aos meios de sobrevivência. “*O meu dinheiro era mais pra compra pessoal mesmo.*” (Vanessa, 2018)

Segundo Fonseca (2012), o trabalho até em casos que a renda da mulher é a principal para o sustento da família, muitas vezes é visto como um complemento. “Ironicamente, apesar de ser evidente que em muitos casos, a mulher trazia o sustento principal da casa, o trabalho feminino continuava a ser apresentado, até pelas próprias mulheres como um mero suplemento a renda masculina.” (FONCESA,2012). Percebo que além de ter um trabalho é preciso, e importante que a mulher tome consciência do que este pode lhe proporcionar, como por exemplo manter uma relação de igualdade no seio familiar

No caso de Antônia, o trabalho a fez ter coragem de tomar a decisão de sair de casa com os filhos.

Meu marido quando eu fui morar com ele eu passei muito coisa ruim na minha vida porque eu não conseguia pedir e ele não me dava, porque ele era ruim mesmo. A partir do momento que eu trabalhei, eu vi que podia me separar dele e conseguia viver, e foi o que eu fiz, sair de casa com meus filhos deixem casa deixei tudo. (Antonia,2018)

Conseguir conciliar trabalho e a preocupação de deixar os filhos pequenos sozinhos em casa é um dos problemas frequentes para quem não conta com o apoio familiar, com o companheiro (pai) tão pouco tem condições de pagar profissionais para

tarefa. Maria contou que uma das suas maiores preocupações era com filhos que deixava trancados em casa sozinhos, assim como Antônia. Solange mesmo tendo apoio familiar de sua família, disse muitas vezes precisar levar a filha ao trabalho por não ter com quem deixa-la.

Entre todas as divorciadas do grupo que tem filhos, noto que em nenhum caso a justiça é acionada para garantir o direito de pensão por parte de pai aos filhos, dessa forma elas foram as únicas responsáveis financeiramente pelos meios de sobrevivência dos filhos.

Ainda com todas as dificuldades que ser chefe de família, mãe e trabalhadora apresentam, ter um emprego, e cumprir com suas responsabilidades é satisfatório para elas como disse Vanessa: *“É legal dizer: eu vou pro meu serviço agora. É gratificante.”* (Vanessa,2018).

O trabalho como podemos perceber fornece às mulheres a chance de serem independentes, dessa forma muitas vezes as relações de poder em âmbitos domésticos são alteradas, podem as mulheres assumir a chefia mesmo com a presença do companheiro assim como podem ser chefes por escolha sozinhas ou quando a circunstância não lhe dão outra alternativa que não a de assumir esse papel. Podem junto com seus companheiros, maridos compartilhar a chefia doméstica e dessa forma fazer da esfera privada um ambiente de igualdade de gênero, mas o que é importante saber e compreender é que não existe um indivíduo independente do gênero que seja inferior e incapaz para ocupar certas posições tais como a de chefe ou chefe de família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho monográfico surgiu do interesse em abordar a condição da mulher do ponto de vista das relações de poder e de analisar a posição de destaque que ela vem assumindo na família, como provedora dos meios de sobrevivência.

As abordagens feitas nesse estudo mostraram o quanto às mulheres tiveram que lutar para conquistar direitos, posições sociais e oportunidades de emprego no mercado de trabalho. As dificuldades para alcançar independência, liberdade e respeito seja em espaços públicos ou privados sempre foram muito grandes.

Historicamente as desigualdades entre os sexos foram muito acentuadas e tiveram importante influência nas relações estabelecidas na sociedade, as construções sociais que recaíram sobre os gêneros se tornaram fortes aliados no aparecimento de relações assimétricas de poder onde na maioria das vezes as mulheres saíram em desvantagem.

O feminino visto sempre como sinônimo de fragilidade em relação ao gênero masculino ao qual sempre foi atribuído características de força e proteção, sofreu consequências que se apresentaram no comportamento de submissão da mulher pois entendia-se que o homem era um ser superior. Em esfera pública, a participação da mulher sempre foi desconsiderada como se a mesma fosse um ser oculto e diria até insignificante nos espaços sociais.

Em âmbito privado as relações de poder são notadas com mais evidência, quando há a formação da família baseada principalmente no modelo patriarcal, onde a figura do chefe homem é muito forte e conseqüentemente deixa a figura da mulher em segundo plano na estrutura familiar. É em espaço privado também, que a violência contra mulher é forte, são assustadores o número de casos onde a mulher sofre com agressões tanto físicas quanto psicológicas. Recentemente tem crescido o número de feminicídios, demonstrando o quanto ainda é forte o machismo em nossa sociedade. É primordial que o Estado tome medidas no sentido da proteção da mulher e de seus direitos, isso pode ser feito através de leis e campanhas de conscientização, que devem ser direcionada tanto as mulheres para que elas denunciem, quanto aos homens para que estes não pratiquem a violência.

Passamos a observamos um caminhar para a mudança da condição da mulher a partir do momento que ela passa a se inserir no mercado de trabalho, o que lhes garantiu um pouco de independência principalmente financeira.

A entrada no mundo dos empregos não foi das mais fáceis, os assédios, a falta de confiança em suas capacidades eram grandes obstáculos, no entanto coragem não faltou e não falta as mulheres que decidiram enfrentar os desafios que iam surgindo em seus caminhos. A situação hoje se comparado com a de tempos atrás, apesar das transformações sociais e econômicas ainda não é tão fácil como se possa imaginar, muito já foi feito por nossas antecessoras não há como negar, mas a luta de nós mulheres para ocupar espaços, ter mais liberdade e, sobretudo igualdade de gênero em todas as instâncias de nossa sociedade que ainda é desigual, deve continuar.

Em se tratando de sociedade brasileira a mulher sempre sofreu com discursos que buscava (e buscam ainda hoje mesmo que em menor dimensão que antes) as colocar em lugares que não o de destaque, não contava muitas vezes com ideias que pudessem encoraja-las a ser resistência ao poder a qual eram submetidas. Mas ainda assim aos poucos as mudanças começaram a aparecer e muito se deve a sua entrada no mundo do trabalho, que apesar de apresentar desigualdades inclusive salariais, reforça a importância de continuar lutando por direitos e espaços onde possamos ser respeitadas, e não desmerecidas pelo simples fato de ser mulheres.

O trabalho remunerado da mulher também precisa parar de ser entendido como uma simples complementação a renda do marido, (quando casadas ou em união estável) a atividade remunerada de ambos tem que ser compreendida com o mesmo peso na manutenção do domicílio. É necessário também que o homem e a própria mulher tome consciência de que os serviços domésticos e o cuidado com os filhos/crianças, não são tarefas exclusivamente da mulher, tais atividades podem e devem ser exercida por ambos. Entender também que o trabalho doméstico é tão importante quanto àquele que resulta em renda financeira. E preciso haver uma divisão de tarefas simétricas onde às responsabilidades são compartilhadas sem privilegiar um ou o outro.

As entrevistas que realizei mostrou que muitas mulheres estão tomando consciência da importância de buscar a igualdade e enxergam no trabalho um instrumento valioso que lhes proporciona autonomia levando muitas a não mais se verem obrigadas aceitar estar envolta em relações em que não estejam satisfeitas,

onde sua posição seja de inferioridade ou não tenha tanta importância quanto a de seu parceiro. Mas reafirmo que ainda há muito a fazer nesse sentido.

O poder de escolha por muito tempo foi negado à mulher, mas hoje com ajuda do trabalho remunerado como um dos elementos presentes e responsável por sua liberdade e independência a luta por igualdade tomou força e cada dia mais lugares são conquistados e nossas vozes ouvidas, mas para sermos ouvidas é preciso sobretudo falar muito sobre isso.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, **Debates de gênero: a transversalidade do conceito**. Fortaleza: Editora UFC, 2005.
- ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 26-146.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BEZERRA, N. M. A. O papel das mulheres na elaboração de estratégias de sobrevivência. *In*: FERREIRA, Maria Mary (org.) **Conhecimento feminista e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro**. São Luís; NIEPEM, 2012. p.227-238.
- BISPO, A. L.; ATAÍDE, D. da S.; FELIX, R. de J. S. Do sonho ao pesadelo: o tráfico de mulheres para fim de comercialização sexual no Brasil. *In*: FERREIRA, Maria Mary (org.) **Conhecimento feminista e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro**. São Luís; NIEPEM, 2012. p.117-132.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: A situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Acesso em: 13/09/2017. Disponível em: <http://latitudeslatinas.com/download/artigos/enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero.pdf>
- CARVALHO, Luiza. **A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar**. Acesso em: 09/10/2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12032>.
- CRUZ, H. S. **Trabalho e Condições de Vida de mulheres na realidade brasileira**. *In* FERREIRA, Maria Mary (org.) **Conhecimento feminista e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro**. São Luís; NIEPEM, 2012. p.189-211
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo. Escala educacional, 2009. p. 33-82.
- FERREIRA, M. (org.) **Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero**. Salvador; REDOR, 2001.
- FERREIRA, M. T. A.; CANUTO, M. Â. de O.; NERY, I. S. Causa da violência de gênero no espaço doméstico na percepção das gestoras dos serviços de apoio. *In* FERREIRA, Maria Mary (org.) **Conhecimento feminista e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro**. São Luís; NIEPEM, 2012. p.141-152.
- FLECK, A. C. WAGNER, A. **A mulher como principal provedora do sustento econômico familiar**. *Psicologia em estudo*. Maringá, v.8 n° especial. p. 31-38. 2003.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. *In*: Priore, Mary Del (org); Bassanezi Pinsky, Carla. (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. 10. Ed., São Paulo: Contexto, 2012. p.510-577.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Roberto machado (org). ed.25. São Paulo. Graal, 2012. p.129-142.

GOLDANI, A. M. **As Famílias no Brasil contemporâneo e o Mito da desestruturação**. Revista Travessia do Centro de Estudos Migratórios. 1994.

HIRATA, H. KERGOAT, D. **Novas configurações das divisões sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v.37, nº 132. p. 595-609, set/ dez. 2007.

MACEDO, M. dos S. Mulheres Chefes de Família em Salvador: articulações interseccionais e experiências de empoderamento. *In* FERREIRA, Maria Mary (org.) **Conhecimento feminista e relações de gênero no Norte e Nordeste brasileiro**. São Luís; NIEPEM, 2012. p.391-402.

_____. **Mulheres Chefes de Família e a Perspectiva de Gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza**. Caderno CRH, Salvador, v.21, n.53, p. 389-404, Maio/Ago.2008.

MENDES, M. A. **Mulheres chefes de domicílios em camadas pobres: trajetória familiar, trabalho e relações de gênero**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos populacionais – ABEP. 2004 Caxambus- MG.

_____. **Mulheres chefes de família em áreas Zeis: Gênero, Poder e Trabalho**. Recife: O autor, 2005.

_____. **Mulheres Chefes de Família: a complexidade e ambiguidade da questão**. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto- MG. 2002.

MEAD, M. **Sexo e temperamento**. São Paulo. Perspectiva, 2006.

MOURA, R. LOPES, P. SILVEIRA, R. **Gênero e família: a mulher brasileira chefe de família. Que mulher é esta?** Cadernos UniFOA. Volta Redonda, nº 32, p. 55- 66. Dez/ 2016.

OLIVEIRA, T. P. **O trabalho na vida das mulheres Chefes de Família**. Acesso em: 14/05/2018. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/perspectivasdevidadasmulhereschefesdefamiliasonhoseutopias.pdf>

PASSOS, Elizete Silva. As políticas e os saberes: a construção do gênero nas Universidades do Norte e Nordeste e as repercussões nos campos sociais e políticos. *In*: Ferreira, Mary (org). **Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero**. Salvador: REDOR, 2001. p.21-40.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: Priore, Mary Del (org); Bassanezi Pinsky. Carla. (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. 10. Ed., São Paulo: Contexto, 2012. p.578-606.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo. Atlas, 1999. p. 70-80.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular. 2013.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf.

SCOTT, P. **Mulheres Chefes de Família: abordagens e temas para políticas públicas**. Pré evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas. Nov. 2002, Ouro Preto.

SILVA, S. T. **Perspectivas de Vida das Mulheres Chefes de Família: sonhos e utopias**. Apresentado na VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. Agosto 2017.

SOIBET, R. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. *In*: Priore, Mary Del (org); Bassanezi Pinsky. Carla. (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. 10. Ed., São Paulo: Contexto, 2012. p.362-399.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. da S. **Trabalhando com a história de vida: percalços de um pesquisador**. Rev. Esc. Enferm. USP, 2003.

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. 3.ed- Vozes. Rio de Janeiro. 2011.

WOORTMANN, K. WOORTMANN, E. F. **Monoparentalidade e Chefia feminina. Contexto, conceito e circunstâncias**. Pré evento: Mulheres chefes de família: crescimento, diversidade e políticas, 2002. Ouro Preto- MG.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Idade: _____ Gênero: _____ Etnia: _____ Estado Civil: _____

Nível de escolaridade: _____

1. Você tem filhos? _____
2. Quantas pessoas moram com você? _____
3. Qual profissão você exerce?
4. Qual sua faixa de renda: () menor que um salário mínimo. () 1 salário mínimo. () 2 a 3 salários mínimos. () maior que 3 salários mínimos.
5. Que entendimento você tem sobre a chefia familiar?
6. Você se considera chefe de família? Por que?
7. Em que contexto você se tornou chefe de família?